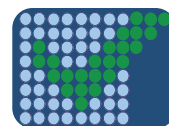


## Auditoria Interna do INSS

# RAINT 2013



### Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE .....</b>	<b>8</b>
<b>3. DAS AÇÕES DE AUDITORIA PREVISTAS E REALIZADAS .....</b>	<b>9</b>
3.1. RESUMO PAINT 2013 .....	10
3.2. DAS AÇÕES DE AUDITORIA DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO .....	11
3.3. AÇÕES DE AUDITORIA DE RISCO LOCAL E ESPECIAL .....	16
3.3.1. <i>Ações Ordinárias de Risco Local</i> .....	16
3.3.2. <i>Ações Especiais</i> .....	17
3.3.3. <i>Ações de Acompanhamento</i> .....	18
3.4. NOTAS TÉCNICAS EMITIDAS .....	18
3.5. METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013 .....	19
3.6. DEMONSTRATIVO DE AÇÕES CONCLUÍDAS POR UNIDADE DE AUDITORIA NO SISTEMA...21	
<b>4. REGISTRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO, PELA ENTIDADE, AO LONGO DO EXERCÍCIO, DE RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES EFETUADAS PELOS ÓRGÃOS CENTRAL E SETORIAIS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL.....</b>	<b>22</b>
4.1. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ORIUNDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO (TCU) .....	22
4.2. RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU .....	24
4.3. RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA.....	25
4.4. AÇÕES RELATIVAS ÀS DEMANDAS DA OUVIDORIA .....	26
4.5. DENÚNCIAS ENCAMINHADAS PELA OUVIDORIA À AUDITORIA .....	27
4.6. DENÚNCIAS ENCAMINHADAS PELA CGU À AUDITORIA.....	28
<b>5. RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS.....</b>	<b>28</b>
5.1. DAS METAS PREVISTAS NO PAINEL DE DESEMPENHO E PLANO DE AÇÃO DO INSS .....	28
5.1.1. <i>Painel de Desempenho 2013</i> .....	29
5.1.2. <i>Indicadores do Plano de Ação 2013</i> .....	30
5.2. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS .....	33
5.3. AÇÕES GOVERNAMENTAIS .....	34
5.4. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS .....	36
5.5. FRAGILIDADES IDENTIFICADAS .....	36
5.5.1. <i>Área de Logística</i> .....	37
5.5.2. <i>Área de Gestão de Pessoas</i> .....	40
5.5.3. <i>Área de Orçamento, Finanças e Contabilidade</i> .....	42
5.5.4. <i>Área de Benefícios</i> .....	43
5.5.5. <i>Área de Saúde do Trabalhador</i> .....	46
5.5.6. <i>Aperfeiçoamentos Implementados nos Controles da Entidade</i> .....	47
5.6. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS .....	50
5.7. VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL .....	50



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

<b>6. FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL OCORRIDOS NA ENTIDADE COM IMPACTO SOBRE A AUDITORIA INTERNA.....</b>	<b>52</b>
<b>7. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA.....</b>	<b>53</b>
<b>8. INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA .....</b>	<b>55</b>
<b>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>

## 1. Introdução

A Auditoria-Geral do INSS, em conformidade com o que dispõem as Instruções Normativas nº 07, de 29/12/2006, da Controladoria-Geral da União (CGU) e nº 01, de 03/01/2007, da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), apresenta o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) referente ao exercício de 2013.

A finalidade deste Relatório é expor detalhadamente as atividades realizadas no exercício de 2013, as quais foram previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINTE. Além destas atividades, este documento apresenta, também, a execução de ações especiais ou não planejadas, e ainda, ações realizadas de forma compartilhada com a CGU, que exigiram atuação da Auditoria Interna, como também ações de desenvolvimento institucional e de fortalecimento da Auditoria Interna.

As ações de auditoria realizadas tiveram por intuito reconhecer falhas e riscos e mitigar as chances de que problemas se potencializem no futuro, com o propósito de agregar valor à gestão, avaliando de forma objetiva e baseada em evidências, os mecanismos de controle interno quanto à eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, contribuindo com a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados, resguardando os interesses da instituição.

Na forma prevista nos normativos, o Relatório apresenta a seguinte estrutura:

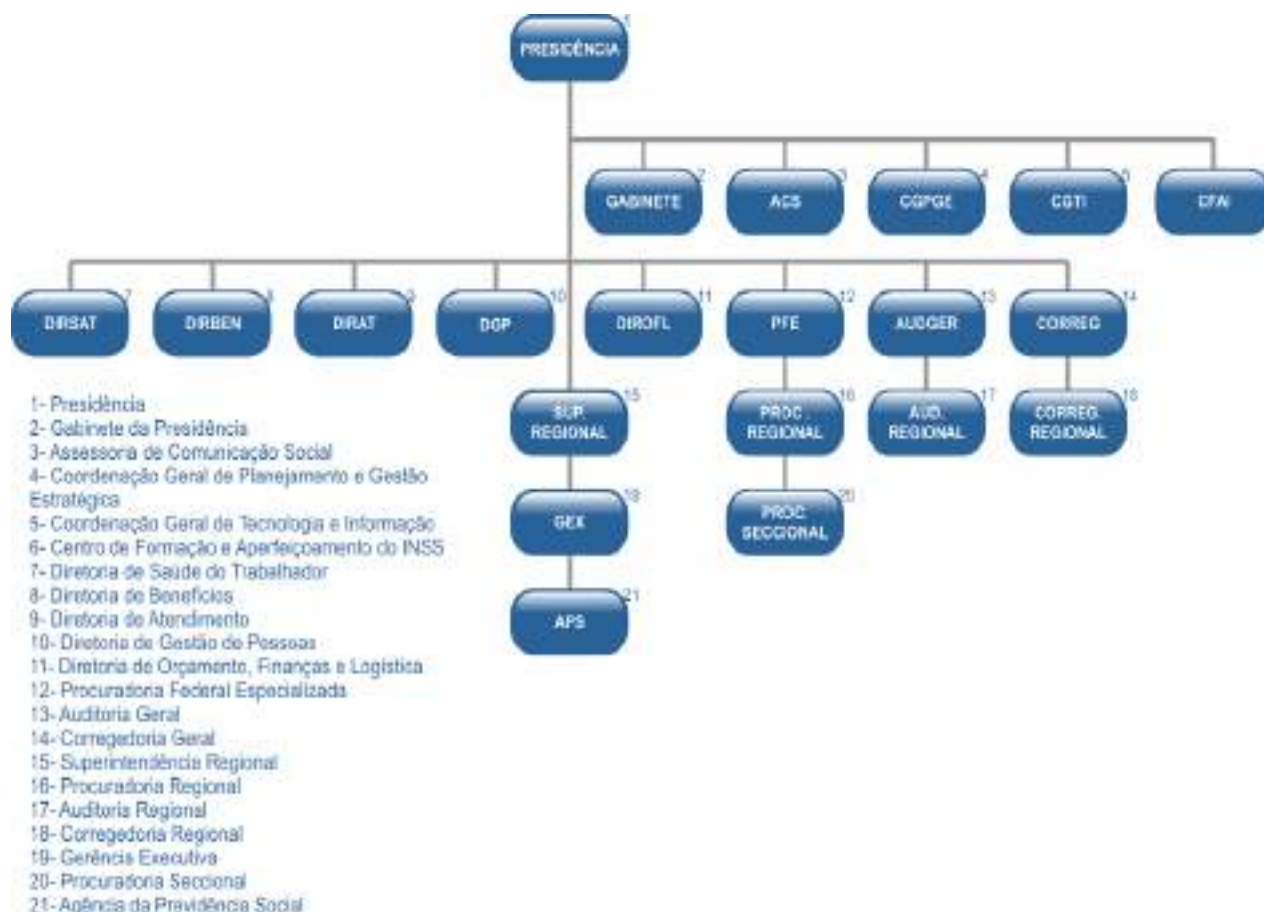
- a) Ações de auditoria realizadas e concluídas no exercício de 2013;
- b) Cumprimento, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), das determinações originárias do Tribunal de Contas da União (TCU), das recomendações oriundas da Controladoria-Geral da União (CGU), das recomendações formuladas pela Auditoria Interna, e do tratamento dado às demandas da Ouvidoria, bem assim das demais denúncias recebidas diretamente pelo Órgão;
- c) Relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais do INSS, com base nos trabalhos realizados pela Auditoria;
- d) Fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna;
- e) Desenvolvimento institucional e capacitação da Auditoria Interna; e
- f) Realização de ações de fortalecimento da Auditoria Interna.

Os anexos listados, a seguir, acompanham o Relatório em meio digital:

- I. Determinações e Recomendações do Órgão de Controle Externo;
- II. Recomendações da Controladoria-Geral da União;
- III. Recomendações Estratégicas da Auditoria Interna;
- IV. Denúncias encaminhadas pela Ouvidoria à Auditoria;
- V. Denúncias encaminhadas pela CGU à Auditoria;
- VI. Resumo dos Processos de Licitação avaliados; e
- VII. Consistência da Folha de Pagamento de Pessoal.

## 2. Identificação da Unidade

A Auditoria interna do INSS, Órgão Seccional, subordinada à Presidência, se encontra situada no Edifício sede da Administração Central, no Setor de Autarquia Sul (SAS), Quadra 2, Bloco “O”, Brasília-DF, conforme Organograma.



Tem por competência regimental, dentre outras, planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, identificando e avaliando riscos, recomendando ações preventivas e corretivas aos órgãos e unidades descentralizadas, em consonância com o modelo de gestão por resultados, compondo sob circunscrição 08 (oito) projeções Regionais, localizadas em São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, Florianópolis/SC, Recife/PE, Salvador/BA, Brasília/DF e Manaus/AM.

### 3. Das Ações de Auditoria Previstas e Realizadas

Cumprindo as competências regimentais e em estreita consonância com o Planejamento Estratégico do INSS, a Auditoria Interna desenvolveu as atividades aprovadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2013. As ações realizadas guardaram conformidade com as necessidades do Instituto, abrangendo os aspectos relacionados à relevância, e materialidade e ainda, temas de caráter crítico para a administração, com maior probabilidade de ocorrência de desvio de normalidade e também, com os apontamentos registrados pelos órgãos de controle interno e externo.

O PAINT contemplou a programação de auditorias na Administração Central e em todas as Superintendências, Gerências-Executivas, incluindo, conforme o caso, as Agências da Previdência Social, levando em consideração os recursos materiais, tecnológicos e humanos necessários para a realização das competências técnicas (conhecimento, habilidade e atitude) e os requisitos dispostos em normativos provenientes dos órgãos reguladores e dos órgãos de controle interno e externo, e ainda, os padrões de trabalho de auditoria estabelecido no Manual de Auditoria Interna (MAI).

Foram planejadas 17 (dezessete) auditorias ordinárias, divididas em atividades desenvolvidas nas áreas finalística e de apoio à administração, envolvendo a gestão de pessoas, logística, contabilidade, reconhecimento de direitos, pagamento, perícia médica, tecnologia da informação e atendimento, com o propósito de realizar em âmbito nacional, 707 (setecentos e sete) ações contando com a participação de servidores em exercício na administração central e projeções regionais de auditoria. As vulnerabilidades encontradas foram objeto de recomendações nos relatórios de auditoria correlatos.

Em síntese, os resultados apresentam-se da seguinte forma:

- a) concluídos 14 (catorze), dos 17 (dezessete) trabalhos de auditoria planejados, compreendendo a realização de 659 (seiscentos e cinquenta e nove) Ações de Auditoria, contemplando a aplicação de técnicas e métodos, com a divulgação dos resultados, sendo realizadas ações sobre dois enfoques distintos: Auditoria Contínua e Auditoria Convencional (Conformidade ou Operacional);
- b) em andamento 02 (dois) trabalhos de auditoria, com previsão de encerramento no primeiro quadrimestre de 2014, cujo atraso justifica-se em decorrência da restrição orçamentária, imposta por meio de publicação dos decretos de limite de movimentação e empenho e de portarias de limites de gastos;
- c) em fase de planejamento, o plano de auditoria em relação ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), que encontra-se em desenvolvimento de forma compartilhada com a DPPAS/DP/SFC/CGU-PR;

As Ações desenvolvidas, em âmbito regional, classificadas em ordinárias de Risco Local, são aquelas deflagradas conforme as demandas regionais existentes, precedentes de planejamento e posterior aprovação no âmbito da Auditoria-Geral, totalizaram no exercício 36 (trinta e seis) ações realizadas nas unidades descentralizadas do INSS.

As Ações Especiais ou de Acompanhamento realizadas, que atenderam a solicitações da Presidência, demandas dos órgãos de controle e denúncias registradas na Ouvidoria da Previdência Social, bem assim, avaliação do atendimento das recomendações pretéritas, somaram 08 (oito), sendo 02 (duas) Ações de Auditoria Especial e 06 (seis) Ações de Auditoria de Acompanhamento.

Outra atividade que merece destaque foram os trabalhos realizados de forma compartilhada com a DPPAS/DP/SFC/CGU-PR, sobre o auxílio doença previdenciário e acidentário, urbano e rural e também o auxílio reclusão, correspondente ao Programa Temático 0136/001W. As auditorias foram realizadas nas Agências da Previdência Social e teve como foco principal, a avaliação da qualidade dos Laudos Médico Periciais, a formalização da documentação para o requerimento e concessão do Auxílio Doença, a adequabilidade das condições de perícia médica, o cumprimento de jornada, agenda e extra-agenda. Neste contexto, foram realizadas durante o exercício de 2013, 118(cento e dezoito) ações com a participação de servidores em exercício nas projeções regionais.

O Quadro resumo (a seguir) enfatiza as Ações desenvolvidas e o respectivo cronograma de execução, em cumprimento ao PAINT/2013:

### 3.1. Resumo PAINT 2013

**Tabela 1 – Trabalhos de Auditoria/Cronograma de Execução**

Ação	Descrição	Cronograma de Execução - Meses: Janeiro a Dezembro/2013												Conclusão
1	Avaliação dos Atos e Fatos da Gestão e Parecer de Auditoria	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Março/2013
2	Auditoria no Processo de Gestão de Materiais de Consumo e Permanentes	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2013
3	Auditoria no Processo de Gestão dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ação Conjunta com CGU abril/2013
4	Auditoria no Processo de Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2013
5	Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2013
6	Auditoria Contínua nos Processos de Gestão de Pessoas do INSS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2013
7	Auditoria no Processo de Gestão de Orçamento, Finanças e Contabilidade	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2013
8	Auditoria no Processo de Gestão das Concessões de Abono de Permanência, Aposentadorias e Pensões	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2013
9	Auditoria no Processo de Gestão de Imóveis não Operacionais do FRGPS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2013
10	Avaliação da Qualidade das Informações do CNIS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ação Conjunta com CGU: Em execução
11	Auditoria no Processo de Comprovação de Atividade do Segurado Especial	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Novembro/2013
12	Auditoria Contínua na Gestão da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social - RGPS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2013



Ação	Descrição	Cronograma de Execução - Meses: Janeiro a Dezembro/2013												Conclusão
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
13	Auditoria no Processo de Gestão de Benefícios por Incapacidade com Retorno Voluntário ao Trabalho Remunerado	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2013
14	Auditoria no Processo de Gestão de Compensação Previdenciária	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Abril/2014
15	Auditoria Contínua no Processo de Pagamento Alternativo de Benefícios (PAB) e Crédito Diário	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Outubro/2013
16	Avaliação da Adequabilidade do Controle Interno dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador da Previdência Social	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2013
17	Auditoria no Processo de Gestão do Programa de Reabilitação Profissional	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Março/2014

### 3.2. Das Ações de Auditoria Desenvolvidas no Exercício

**Tabela II – Trabalhos de Auditoria N°s 01 a 17**

Ação n°01/2013	Avaliação dos Atos e Fatos da Gestão e Parecer de Auditoria
Área	Planejamento e Gestão Estratégica, Orçamento, Finanças e Logística, Atendimento, Benefícios, Saúde do Trabalhador, Gestão de Pessoas, Procuradoria e Corregedoria
Unidades	Administração Central
Escopo	Avaliação do Relatório de Gestão 2012, demonstrativos, declarações e demais peças que integram a Prestação de Contas da Entidade e emissão de Parecer, de acordo com os Normativos: IN/TCU n° 63/2010, DN TCU n°s 119, 121 e 124/2012, Portarias CGU n° 133/2013 e TCU n° 150/2012 e Resoluções TCU n°s. 234/2010 e 244/2011
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Janeiro a Março de 2013
Recursos Humanos	07 Servidores

Ação n° 02/2013	Auditoria no Processo de Gestão de Materiais de Consumo e Permanentes
Área	Licitações, Contratos e Recursos Logísticos
Unidades	Superintendências Regionais e Gerências Executivas
Escopo	Avaliação da gestão e dos procedimentos relativos às aquisições dos materiais de consumo e permanentes nos exercícios 2012/2013, considerando o planejamento, licitação, contratação, recebimento, armazenagem e distribuição, bem como os controles de movimentação e alienação dos materiais permanentes
Total de Ações	11
Cronograma Executado	Julho a Dezembro de 2013
Recursos Humanos	18 servidores

<b>Ação nº 03/2013</b>	<b>Auditoria no Processo de Gestão dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações</b>
Área	Licitações, Contratos e Tecnologia da Informação.
Unidades	Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística (DIROFL), Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)
Escopo	Avaliação da gestão do contrato vigente entre INSS x Dataprev durante o exercício de 2013. Este trabalho foi realizado de forma compartilhada com a DPPAS/DP/SFC/CGU-PR
Total de Ações	01(Ação Compartilhada – Relatório elaborado pela CGU)
Cronograma Executado	Março a Abril de 2013
Recursos Humanos	02 Servidores

<b>Ação nº 04/2013</b>	<b>Auditoria na Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS</b>
Área	Licitações, Contratos e Engenharia
Unidades	Gerências Executivas e Agências da Previdência Social
Escopo	Avaliação da gestão e do controles instituídos em relação aos processos físicos e projetos de execução de obras e reformas, iniciadas a partir de 2009, cujo cronograma de execução sofreu atraso ou paralisação e verificação da regularidade na formalização dos contratos
Total de Ações	22
Cronograma Executado	Março a Dezembro de 2013
Recursos Humanos	19 Servidores

<b>Ação nº 05/2013</b>	<b>Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada</b>
Área	Recursos Logísticos
Unidades	Coordenação-Geral de Licitações de Contratos (DC), Superintendências Regionais e Gerências-Executivas
Escopo	Avaliação de contratos vigentes nos exercícios de 2012 e 2013, nos aspectos da eficiência e economicidade, bem assim da gestão em relação ao acompanhamento e fiscalização das obrigações pactuadas
Total de Ações	107 Ações de natureza contínua e 23 de conformidade/operacional
Cronograma Executado	Janeiro a Dezembro de 2013
Recursos Humanos	18 Servidores

<b>Ação nº 06/2013</b>	<b>Auditoria Contínua nos Processos de Gestão de Pessoas do INSS</b>
Área	Gestão de Pessoas
Unidades	Administração Central, Superintendências Regionais e Gerências-Executivas
Escopo	Avaliação sistemática da conformidade sobre os registros efetuados nos Sistemas (SIAPE SISREF) em relação aos servidores ativos, bem assim dos controles internos administrativos existentes
Total de Ações	112
Cronograma Executado	Julho a Dezembro de 2013
Recursos Humanos	23 Servidores

<b>Ação nº 07/2013</b>	<b>Auditoria Contínua na Gestão de Orçamento, Finanças e Contabilidade</b>
Área	Orçamento, Finanças e Contabilidade
Unidades	Superintendências Regionais e Gerências-Executivas
Escopo	Avaliação dos controles nos procedimentos realizados pela área orçamentária, financeira e contábil correspondente ao exercício 2013, e confrontação com a documentação em relação à observância do regime de competência, aos repasses e contribuições, à classificação da natureza da despesa; assim como aos registros mensais em contas a regularizar, à permanência de contas contábeis com saldos alongados, aos saldos inscritos em Restos a Pagar, e à avaliação da regularidade nas conformidades de Gestão e Contábil
Total de Ações	19
Cronograma Executado	Maio a Outubro de 2013
Recursos Humanos	16 Servidores

<b>Ação nº 08/2013</b>	<b>Auditoria no Processo de Gestão das Concessões de Abono de Permanência, Aposentadorias e Pensões</b>
Área	Gestão de Pessoas
Unidades	Gerências-Executivas
Escopo	Avaliação da regularidade das concessões de aposentadorias e pensões ocorridas nos exercícios de 2011 a 2013, priorizando as concessões por invalidez abrangidas pela edição da Emenda Constitucional (EC) nº 70/2012, bem como as concedidas com vantagens pessoais, decisões judiciais, averbações de tempo de serviço de aluno aprendiz e ou tempo rural, conversão de tempo especial para comum sob condições insalubres, penosas e perigosas. Incluindo-se na Amostragem, os benefícios com processamento em Folha de Pagamento das rubricas resíduos de reajustes salariais - 3,17%, anuênio, biênio
Total de Ações	21
Cronograma Executado	Julho a Dezembro de 2013
Recursos Humanos	18 Servidores

<b>Ação nº 09/2013</b>	<b>Auditoria no Processo de Gestão de Imóveis não Operacionais do FRGPS</b>
Área	Patrimônio Imobiliário
Unidades	Gerências-Executivas
Escopo	Avaliação da gestão sobre os imóveis não operacionais administrados pelo INSS, que compõem o patrimônio do FRGPS, por meio de análise documental, vistoria “ <i>in loco</i> ”, verificando o estado de conservação e a situação de ocupação e a da consistência dos registros contábeis correspondentes ao exercício 2013
Total de Ações	19
Cronograma Executado	Março a Dezembro de 2013
Recursos Humanos	16 Servidores

<b>Ação nº 10/2013</b>	<b>Avaliação da Qualidade das Informações do CNIS (Compartilhada com a CGU)</b>
Área	Benefícios/Cadastro
Unidade	Administração Central
Escopo	Avaliação da gestão sobre a transmissão de dados por meio da GFIP Web e qualidade das informações exportadas para o CNIS, bem assim dos controles internos administrativos instituídos no processo de cadastro. O Plano de trabalho – fase de planejamento está sendo elaborado de forma compartilhada com a DPPAS/DP/SFC/CGU-PR.
Total de Ações	(em execução)
Cronograma Executado	Junho de 2013 a Março de 2014
Recursos Humanos	11 servidores

<b>Ação nº 11/2013</b>	<b>Auditoria no Processo de Comprovação de Atividade do Segurado Especial</b>
Área	Benefícios
Unidades	Gerências-Executivas e Agências da Previdência Social
Escopo	Avaliação da regularidade quanto à caracterização da condição de segurado especial e da comprovação de períodos de tempo de serviço computados nos benefícios despachados no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2012 das espécies: 21 - Pensão por Morte; 31 - Auxílio-Doença; 41 - Aposentadoria por Idade; 80 - Salário Maternidade
Total de Ações	28
Cronograma Executado	Junho a Novembro de 2013
Recursos Humanos	22 Servidores

<b>Ação nº 12/2013</b>	<b>Auditoria Contínua na Gestão da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social – RGPS</b>
Área	Benefícios
Unidades	Gerências-Executivas e Agências da Previdência Social
Escopo	Avaliação da gestão e dos controles internos administrativos instituídos no processo da Folha de Pagamento do RGPS, focando as acumulações indevidas de benefícios, pagamentos em duplicidade para um mesmo período de benefícios diferentes e manutenção de benefícios com suspeita de ocorrência de óbito do beneficiário, por meio de cruzamento de dados e consultas nos sistemas corporativos
Total de Ações	104
Cronograma Executado	Janeiro a Novembro de 2013
Recursos Humanos	22 Servidores

<b>Ação nº 13/2013</b>	<b>Auditoria no Processo de Gestão de Benefícios por Incapacidade com Retorno Voluntário ao Trabalho Remunerado</b>
Área	Benefícios
Unidades	Gerências Executivas
Escopo	Avaliação da gestão e dos controles internos administrativos existentes na manutenção dos benefícios por invalidez (previdenciária e acidentária), correspondentes ao retorno voluntário ao trabalho, que constam no BATINV e de denúncias registradas na Ouvidoria Geral da Previdência Social - OGPS, no período de janeiro de 2012 a maio de 2013
Total de Ações	31
Cronograma Executado	Julho a Outubro de 2013
Recursos Humanos	18 servidores

<b>Ação nº 14/2013</b>	<b>Auditoria no Processo de Gestão de Compensação Previdenciária</b>
Área	Benefícios
Unidade	Gerências-Executivas e Agências da Previdência Social
Escopo	Avaliação da gestão, dos controles internos administrativos instituídos e da congruência operacional em relação ao processo de compensação previdenciária e do Sistema COMPREV
Total de Ações	(em execução)
Cronograma Executado	Outubro de 2013 a Abril de 2014
Recursos Humanos	18 Servidores

<b>Ação nº 15/2013</b>	<b>Auditoria Contínua no Processo de Pagamento Alternativo de Benefícios (PAB) e Crédito Diário</b>
Área	Benefícios
Unidade	Gerências-Executivas e Agências da Previdência Social
Escopo	Avaliação da regularidade sistemática dos pagamentos processados na modalidade de Pagamentos Alternativos de Benefícios (PAB) e Créditos Diários emitidos e na situação “autorizado”, que constam de aplicado específico disponível no Sistema Único de Benefícios (SUB), por meio de extração de dados utilizando a ferramenta <i>Audit Command Language (ACL)</i>
Total de Ações	102
Cronograma Executado	Janeiro a Outubro de 2013
Recursos Humanos	36 Servidores

<b>Ação nº 16/2013</b>	<b>Avaliação da Adequabilidade do Controle Interno dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador da Previdência Social</b>
Área	Saúde do Trabalhador
Unidade	Gerências-Executivas
Escopo	Avaliação da gestão do Serviço/Seção de Saúde do Trabalhador e da adequabilidade dos controles internos administrativos existentes nos processos de Perícia Médica, da Reabilitação Profissional e do Serviço Social em 25 (vinte e cinco) Gerências-Executivas
Total de Ações	26
Cronograma Executado	Fevereiro a Dezembro de 2013
Recursos Humanos	15 Servidores

<b>Ação nº 17/2013</b>	<b>Auditoria no Processo de Gestão do Programa de Reabilitação Profissional</b>
Área	Saúde do Trabalhador
Unidades	Gerências-Executivas
Escopo	Avaliação da gestão e regularidade dos procedimentos, dos registros e controles internos administrativos instituídos, no Programa de Reabilitação Profissional e ainda dos recursos empregados, focando na racionalização do tempo médio de espera e permanência
Total de Ações	32
Cronograma Executado	Junho de 2013 a Março de 2014
Recursos Humanos	10 Servidores

### 3.3. Ações de Auditoria de Risco Local e Especial

#### 3.3.1. Ações Ordinárias de Risco Local

**Tabela III – Trabalhos de Auditoria – Risco Local**

<b>Ação</b>	<b>Reposição ao Erário – Rubrica 00145 – Folha de Pagamento</b>
Área	Gestão de Pessoas
Unidade	Gerências-Executivas Curitiba/PR, Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC
Escopo	Avaliação dos valores processados em folha de pagamento correspondente ao período de agosto a dezembro de 2012, na rubrica 00145 - Reposição ao Erário
Total de Ações	04
Cronograma Executado	Abril a Setembro de 2013
Recursos Humanos	08 Servidores

<b>Ação</b>	<b>Gestão de Transporte – Frota Própria e Locada</b>
Área	Recursos Logísticos
Unidade	Superintendência Regional/SR- I Sudeste/SP e Gerências-Executivas: Campinas/SP; São José Rio Preto/SP, Curitiba/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Ponta Grossa/PR, Porto Alegre/RS, Joinville/SC e Rio Branco/AC
Escopo	Avaliação dos procedimentos operacionais e do gerenciamento do processo de transportes correspondente ao período de fevereiro/2012 a janeiro/2013
Total de Ações	11
Cronograma Executado	Mai a Setembro de 2013
Recursos Humanos	03 Servidores

<b>Ação</b>	<b>Apuração de Denúncias formuladas junto ao Ministério da Previdência Social, Presidência do INSS, Controladoria-Geral da União – CGU e Ouvidoria-Geral do INSS.</b>
Área	Gestão de Pessoas e Logística
Unidade	Gerência Executiva São Luís/MA
Escopo	Avaliação dos processos de trabalho correspondentes às áreas de Logística e Gestão de Pessoas para fins de certificação dos fatos denunciados
Total de Ações	03
Cronograma Executado	Julho a Setembro de 2013
Recursos Humanos	02 Servidores

<b>Ação</b>	<b>Avaliação dos benefícios sem informações relativas aos vínculos dos dependentes</b>
Área	Benefícios
Unidades	Gerências Executivas Curitiba, Cascavel, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana, Blumenau, Chapecó e Joinville
Escopo	Avaliação da regularidade de pensões por morte concedidas, cujas informações relativas aos vínculos dos dependentes com os instituidores não constavam nos sistemas corporativos
Total de Ações	16
Cronograma Executado	Mai a Outubro de 2013
Recursos Humanos	04 Servidores

<b>Ação</b>	<b>Controle Interno dos Serviços/Seções de Saúde de Trabalhador do INSS</b>
Área	Benefícios
Unidades	Gerências Executivas Niterói e Campos de Goytacazes
Escopo	Avaliação da gestão do SST, após ação de auditoria realizada por intermédio do Programa nº 17/2011 nas GEX auditadas do Rio de Janeiro
Total de Ações	02
Cronograma Executado	Fevereiro a Dezembro de 2013
Recursos Humanos	03 Servidores

### 3.3.2. Ações Especiais

***Tabela IV – Trabalhos de Auditoria - Ações Especiais***

<b>Ação</b>	<b>Auditoria no processo de gestão do agendamento das atividades médicas-periciais</b>
Área	Atendimento e Gestão de Pessoas
Unidades	Gerências Executivas/Seção de Gestão de Pessoas e APS
Escopo	Avaliação da gestão do agendamento das atividades médicas-periciais e dos controles instituídos sobre a frequência dos Peritos Médicos Previdenciários e da acumulação de cargos.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Maior a Julho de 2013
Recursos Humanos	04 Servidores

<b>Ação</b>	<b>Pensão por Morte Previdenciária, Aposentadorias por Idade, Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Salários Maternidade, concedidos através da Agência da Previdência Social em Acarau, vinculada à Gerência Executiva em Sobral/CE.</b>
Área	Benefícios
Unidades	Gerência Executiva em Sobral/CE
Escopo	Avaliação da regularidade em relação aos benefícios de pensão por morte, aposentadoria por idade, tempo de contribuição e salário maternidade concedidos na Agência da Previdência Social em Acarau/CE, vinculada à Gerência Executiva Sobral, em consequência de denúncia de suposto esquema irregular de concessão de benefícios.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Junho a Agosto de 2013
Recursos Humanos	03 Servidores



### 3.3.3. Ações de Acompanhamento

**Tabela V – Trabalhos de Auditoria - Ações de Acompanhamento**

<b>Ação nº 300/2013</b>	<b>Auditoria de Monitoramento do Absenteísmo por Licença de Saúde dos Servidores do INSS</b>
Área	Gestão de Pessoas
Unidades	Gerências-Executivas
Escopo	Avaliação dos instrumentos de controles internos instituídos para acompanhamento do risco de adoecimento da força de trabalho. Verificação sobre o atendimento das recomendações propostas em 2011, no intuito de alcançar os efeitos desejados no que tange ao absenteísmo por motivo de doença do servidor e ainda, a respeito da evolução qualitativa e quantitativa desse adoecimento
Total de Ações	06
Cronograma Executado	Maior a Dezembro de 2013
Recursos Humanos	04 Servidores

### 3.4. Notas Técnicas Emitidas

Trata-se de instrumento utilizado para demonstração de ocorrências acerca de determinado assunto, legislação ou decisão com vistas a subsidiar os gestores com informações e sugestões que possam aprimorar os controles internos, promover ações corretivas, a melhoria dos fluxos internos e a divulgação de boas práticas. Durante o exercício de 2013, foram expedidos os documentos:

**Tabela VI – Notas Técnicas e Nota Informativa**

<b>Nota Técnica</b>	<b>Nota Técnica nº 01/CPLAV/AUDGER/INSS - Fragilidade no acesso via software TARANTELLA ao aplicativo “PRISMA – Auditoria via AccuTerm”</b>
Área	Sistemas
Unidades	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Objetivo	Minimizar riscos de acessos indevidos e vazamento de dados
Total de Ações	01
Cronograma Executado	11/03/2013
Recursos Humanos	01 Servidor

<b>Nota Técnica</b>	<b>Nota Técnica nº 02/AUDGER/INSS - Módulo de Auditoria no Sistema Integrado de Benefícios - SIBE I</b>
Área	Sistemas
Unidades	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da Informação
Objetivo	Verificar possíveis falhas e inconsistências no Módulo de Auditoria SIBE
Total de Ações	01
Cronograma Executado	15/04/2013
Recursos Humanos	01 Servidor



<b>Nota Técnica</b>	<b>Nota Técnica nº 03/INSS/AUDGER - Resultado do Trabalho de prospecção de dados realizado na Folha de Pagamentos do RGPS – Regime Geral da Previdência Social</b>
Área	Benefícios
Unidades	Diretoria de Benefícios
Objetivo	Sinalizar a existência de impropriedades na manutenção de benefícios constantes da Folha de Pagamento Mensal do RGPS, referentes à manutenção/concessão de benefícios Pensões por Morte (espécie 21); Identificar possíveis falhas no controle do cadastro dos benefícios do RGPS através dos registros depurados
Total de Ações	01
Cronograma Executado	04/07/2013
Recursos Humanos	02 Servidores

<b>Nota Informativa</b>	<b>Nota Informativa nº 01/DASP/ AUDGER/INSS - Dispositivos móveis (tablets e smartphones)</b>
Área	Sistemas
Unidades	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
Objetivo	Apontar fragilidade no acesso externo à rede de dados da Previdência Social por meio de dispositivos móveis (Tablets e smartphones, via VPN SSL
Total de Ações	01
Cronograma Executado	28/03/2013
Recursos Humanos	01 Servidor

### 3.5. Metas e Resultados da Ação no Exercício de 2013

Em consonância com o Plano Plurianual – PPA do Governo Federal, a Previdência Social readequou o seu Mapa Estratégico, estabelecendo 21 (vinte e um) objetivos estratégicos, destes o INSS aderiu a 18 (dezoito) definindo seu próprio Mapa, a Auditoria Interna inserida no objetivo estratégico de “Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de risco e a segurança institucional” tem como Direcionador Estratégico **Inovação da Gestão** que está relacionado à busca pela melhoria dos processos de gestão, ao aperfeiçoamento de políticas, normas, processos e comunicação e à habilidade proativa de avaliar riscos institucionais e de subsidiar ações de controle e de gestão da segurança institucional.

Consoante a Lei Orçamentária Anual (LOA/2013), a Ação 2562 - Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos, vinculada ao Programa 2061 abrange as atividades de Auditoria, Corregedoria e Tomada de Contas Especial, referente às despesas com deslocamento dos servidores e custeio de diárias, para realização de atividades de abrangência nacional contou com a dotação inicial que foi fixada no montante de R\$10.887.214,00 (dez milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, duzentos e quatorze reais), conforme disposto na Lei nº 12.798, de 04/04/2013, sendo autorizado durante o exercício, o valor de R\$8.887.214,00 (oito milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, duzentos e quatorze reais), ocorre que com o advento dos normativos que culminaram no limite de movimentação e empenho, o valor disponibilizado para custear esta Ação, apresentou-se reduzido, ficando em R\$5.009.199,67 (cinco milhões, nove mil, cento e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos), na ordem de 43,64% sobre a dotação autorizada, impondo adequações na execução das metas física e financeira, conforme Tabelas VII e VIII:

**Tabela VII – Demonstrativo de Execução Físico- Financeira da Ação 2562**

Meta Física			Dotação	Meta Financeira		
Prevista	Executada	%	Autorizada	Limite de Movimentação e Empenho	Executada	% sobre limite e movimentação de Empenho
1.350	1.280	94,81%	8.877.214,00	5.009.199,67	4.995.147,09	99,72%

Fonte: SIAFI/CONO, consulta em 20/01/2014

**Tabela VIII – Demonstrativo de Execução Físico- Financeira por Área**

Área	Meta Física			Execução Financeira
	Previsão	Execução	%	
<b>Auditoria</b>	650	821	126,31%	1.459.343,60
<b>Corregedoria</b>	650	400	61,54%	3.365.838,31
<b>Tomada de Contas Especial</b>	50	59	118,00%	169.965,18
<b>TOTAL</b>	<b>1.350</b>	<b>1.280</b>	<b>94,81%</b>	<b>4.995.147,09</b>

Fonte: SIAFI/CONOR, consulta em 20/01/2014

Assim, os valores repassados para a Auditoria custearam as despesas com deslocamentos para a realização das ações apresentadas no demonstrativo (Tabela IX), identificando o quantitativo de Ações deflagradas pela Auditoria-Geral e suas projeções Regionais individualizadas por Ação estabelecida no PAINT/2013, incluindo os Trabalhos de Auditoria realizados em âmbito nacional e risco local (Ações Ordinárias), as Especiais, as de acompanhamento e as compartilhadas com a CGU.

A meta física prevista por ocasião da PLOA (julho/2012), para compor os dados da Ação 2562 - Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos, referente ao exercício de 2013 foi de realizar 650 ações. Entretanto, por ocasião da elaboração do PAINT/2013 (outubro/2012) previu-se a realização de 707 ações de auditoria.

Nesse contexto, considerando que no exercício, foram concluídas 821 (oitocentos e vinte e uma) ações, pode-se afirmar que tanto a meta física prevista na LOA quanto à estabelecida para o PAINT/2013, obteve resultado satisfatório, e mais do que quantidade, as ações executadas tempestivamente e de maneira adequada, vem buscando alternativas de melhoria contínua.

### 3.6. Demonstrativo de Ações Concluídas por Unidade de Auditoria no Sistema

**Tabela IX – Demonstrativo de Ações Concluídas x Quantitativo por Auditoria e suas Projeções Regionais**

Ações Concluídas em 2013		AUDGER	SP	BHZ	RJ	FLO	REC	SAL	BSB	MAN	TOTAL
1	Avaliação dos Atos e Fatos da Gestão e Parecer de Auditoria	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
2	Auditoria no Processo de Gestão de Materiais de Consumo e Permanentes	1	1	1	1	2	1	1	2	1	11
3	Auditoria no Processo de Gestão dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
4	Auditoria no Processo de Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS	1	3	3	1	3	3	3	3	2	22
5	Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada	3	29	20	8	24	19	10	12	5	130
6	Auditoria Contínua nos Processos de Gestão de Pessoas do INSS	6	24	17	7	20	16	8	10	4	112
7	Auditoria no Processo de Gestão de Orçamento, Finanças e Contabilidade	1	3	3	2	3	2	2	2	1	19
8	Auditoria no Processo de Gestão das Concessões de Abono de Permanência, Aposentadorias e Pensões	1	3	3	2	3	3	2	2	2	21
9	Auditoria no Processo de Gestão de Imóveis não Operacionais do FRGPS	1	3	2	3	3	2	2	2	1	19
10	Avaliação da Qualidade das Informações do CNIS	EM EXECUÇÃO									0
11	Auditoria no Processo de Comprovação de Atividade do Segurado Especial	1	2	4	2	4	4	3	6	2	28
12	Auditoria Contínua na Gestão da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social - RGPS	1	23	15	7	19	15	8	12	4	104
13	Auditoria no Processo de Gestão de Benefícios por Incapacidade com Retorno Voluntário ao Trabalho Remunerado	1	5	4	2	5	4	4	4	2	31
14	Auditoria no Processo de Gestão de Compensação Previdenciária	EM EXECUÇÃO									0
15	Auditoria Contínua no Processo de Pagamento Alternativo de Benefícios (PAB) e Crédito Diário	2	23	15	7	19	15	8	9	4	102
16	Avaliação da Adequabilidade do Controle Interno dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador da Previdência Social	1	6	4	2	4	4	2	1	2	26
17	Auditoria no Processo de Gestão do Programa de Reabilitação Profissional (pendente de Relatório Final Consolidado)	0	3	4	3	6	8	3	4	1	32
100	Ações de Risco Local	1	3	0	2	26	3	0	0	1	36
200	Ações Especiais	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
300	Ações de Acompanhamento	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
	Ações Compartilhadas com a CGU	0	32	19	8	24	12	7	13	3	118
<b>TOTAL DE AÇÕES POR UNIDADE DE AUDITORIA</b>		<b>30</b>	<b>163</b>	<b>114</b>	<b>57</b>	<b>165</b>	<b>112</b>	<b>63</b>	<b>82</b>	<b>35</b>	<b>821</b>

Fonte: SA4/2013

#### **4. Registro Quanto à Implementação ou Cumprimento, pela Entidade, ao Longo do Exercício, de Recomendações ou Determinações Efetuadas pelos Órgãos Central e Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal**

Com a finalidade de acompanhar as determinações e recomendações dos órgãos de controle externo e interno, a Auditoria Interna tem implementado ações visando o aperfeiçoamento do controle e oportunidades para o cumprimento destas pelos gestores da instituição. Foi instituído fluxo para o acompanhamento dos Acórdãos do TCU e dos Relatórios da CGU, por meio do Sistema de Controle de Demandas Externas (CONDEX Web), que permite o registro, a emissão de Solicitação de Auditoria – SA para obtenção de informações das áreas demandadas, podendo ainda, avaliar as respostas e demais documentos, contribuindo de forma efetiva para reduzir o estoque e obter resultados satisfatórios.

A Portaria Conjunta MPS/INSS/PRES nº 572, de 21/09/2011, aprovou o indicador de acompanhamento do Mapa Estratégico do INSS para o período de 2011 a 2015, denominado Índice de Resolutividade das Demandas dos Órgãos de Controle Interno e Externo (TCU, CGU e Auditoria Interna), cuja fórmula visa aferir o resultado entre a quantidade de demandas resolvidas (estoque + entrantes), dividida pela quantidade de demandas recebidas e se encontra associado ao objetivo estratégico “Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional”.

Outra medida, que merece destaque trata da publicação da Portaria/MPS nº 419, de 26/09/2013, que instituiu o Comitê de Controle Interno Administrativo (CCIA), no âmbito do Ministério da Previdência Social (MPS) e de suas entidades vinculadas, atribuindo ao Assessor de Controle Interno do MPS a sua Coordenação.

##### **4.1. Determinações e Recomendações Oriundas dos Órgãos de Controle Externo (TCU)**

Em 2013 foram expedidos 55 (cinquenta e cinco) Acórdãos envolvendo a atuação direta de responsabilidade desta Autarquia, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), contendo 141 (cento e quarenta e um) itens com determinações/recomendações.

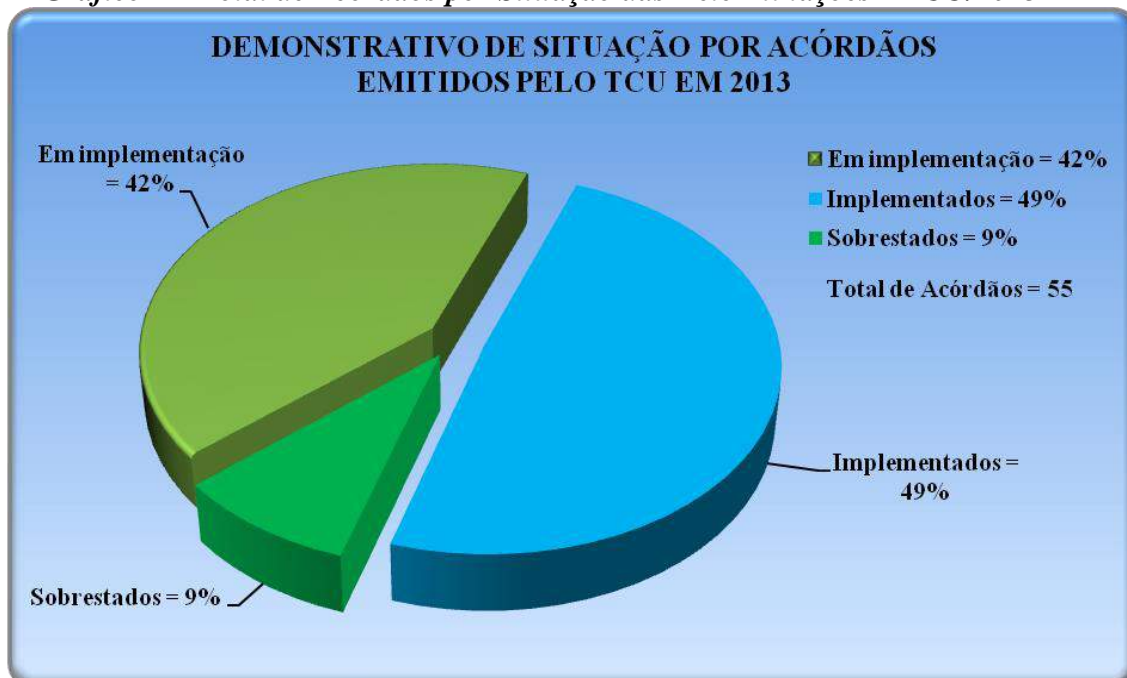
Os Gráficos I a III – Demonstrativos de Situação dos Acórdãos com os respectivos status (Implementado, Em implementação e Sobrestado), correspondentes ao exercício de 2013 e anteriores.

**Gráfico I - Total de Acórdãos – TCU/2013**



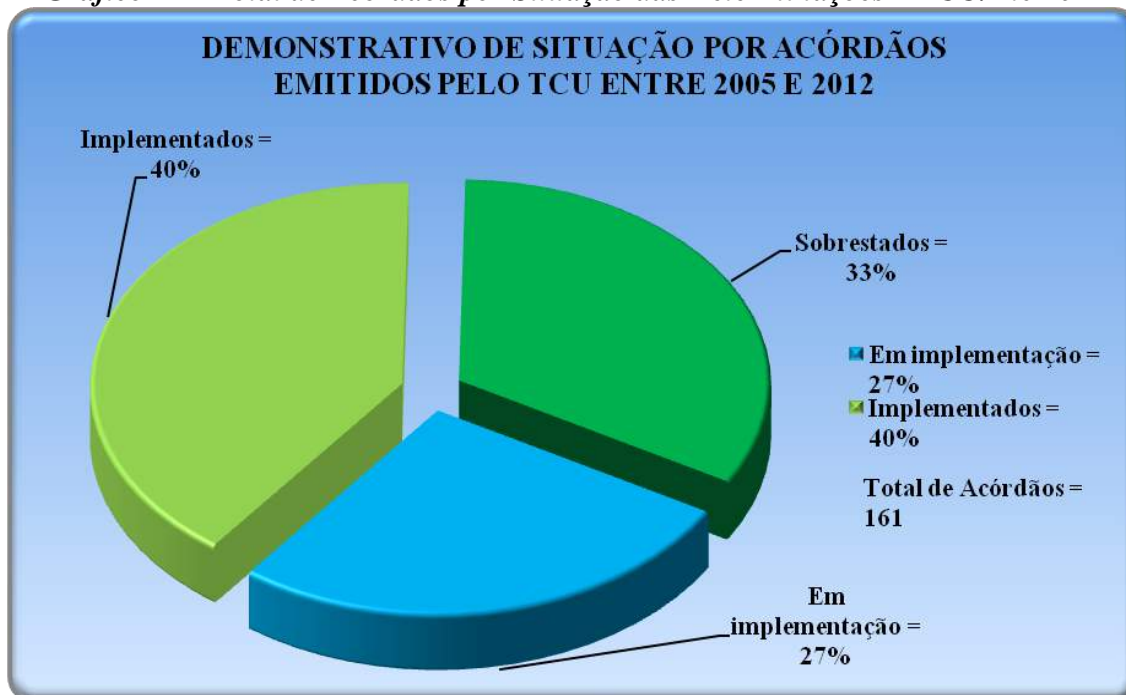
Fonte: Controle de Demandas Externas (CONDEX Web), extraído em 29/01/2014.

**Gráfico II - Total de Acórdãos por Situação das Determinações – TCU/2013**



Fonte: Controle de Demandas Externas (CONDEX Web), extraído em 29/01/2014.

**Gráfico III - Total de Acórdãos por Situação das Determinações – TCU/Até 2012**



Fonte: Controle de Demandas Externas (CONDEX Web), extraído em 29/01/2014.

O detalhamento dos acórdãos apresentados graficamente compõe o **Anexo I – Determinações/Recomendações do Órgão de Controle Externo**, contendo informações relacionadas à identificação do número do Acórdão e a descrição da determinação ou recomendação exarada pelo TCU.

#### 4.2. Recomendações da Controladoria-Geral da União - CGU

No exercício foram expedidas 51 recomendações objeto do Plano de Providências Permanente (PPP).

O **Anexo II - Recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU)** apresenta o detalhamento de informações que identificam as ações praticadas para fins de controle e atendimento a esse Órgão.

A demonstração gráfica contempla o total de Recomendações recebidas em 2013 e exercícios anteriores, bem como o status em que se encontram.



**Gráfico IV - Total de Recomendações por Situação das Recomendações – CGU/2013**



Fonte: Controle de Demandas Externas (CONDEX Web), extraído em 04/02/2014.

#### 4.3. Recomendações da Auditoria Interna

As recomendações formuladas pela Auditoria Interna têm como objetivo agregar valor à gestão, contribuindo com a melhoria dos processos por resultados, fortalecimento dos controles internos, mitigação dos riscos e adoção de medidas proativas. Recebem acompanhamento sistemático, por meio do Sistema de Avaliação e Acompanhamento das Atividades de Auditoria (SA4), o qual permite ao auditor monitorar tempestivamente as respostas dos auditados, oportunizando aos mesmos o acesso ao Sistema pelo Módulo Gestor, que além de emitirem suas respostas, possibilita a anexação de documentos e o acompanhamento quanto à baixa, ou seja, se foi ou não atendida na avaliação da auditoria.

Para as ações corretivas, a Auditoria-Geral orienta suas unidades a aplicarem as Notas de Auditoria – NA, que permitem ao gestor a correção imediata de disfunções operacionais.

No exercício foram emitidas 108 (cento e oito) recomendações estratégicas, decorrentes das ações desenvolvidas em conformidade com o que foi aprovado no PAINT 2013, bem como, das 03 (três) Notas Técnicas e 01 (uma) Nota Informativa que, em síntese, apresentam-se no Gráfico V, por Diretoria/Coordenação e no **Anexo III – Recomendações Estratégicas da Auditoria Interna**, com o respectivo detalhamento.

*Gráfico V – Recomendações Estratégicas por Diretoria ou Coordenação*



#### 4.4. Ações Relativas às Demandas da Ouvidoria

A Ouvidoria Geral da Previdência Social (OUGPS), vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS), foi criada em 1998, e tem por objetivo, entre outros, aproximação do cidadão à Administração Pública Federal, por meio de um canal de comunicação permanente, imparcial e transparente para a sociedade. Uma de suas principais incumbências está relacionada em servir como ferramenta subsidiária de gerenciamento e gestão de ações estratégicas, direcionando suas políticas públicas e sociais, uma vez que analisa as solicitações apresentadas pelos cidadãos e identifica as principais demandas de insatisfação da sociedade.

De acordo com o artigo 12, da Portaria nº 751 de 29/12/2011, a OUGPS tem a competência de apresentar diagnósticos, relatórios gerenciais técnicos e/ou informações para subsidiar ações de melhoria dos serviços prestados pela Previdência Social.

Dessa forma, registram-se na Tabela X, as informações correspondentes ao exercício de 2013, demonstrando ocorrências e quantitativo de informações recebidas e o respectivo tratamento, conforme o status.



**Tabela X – Denúncias Ouvidoria (SOU Web)**

Ocorrências Recebidas Pela Ouvidoria						
Tipos de Ocorrências	Registradas	Pendentes na Ouvidoria	Aguardando encaminhamento às áreas Solucionadoras	Pendente nas áreas Solucionadoras	Total de casos Respondidos / Encerrados	% Respondidos/ Encerrados
<b>Benefício</b>	49.683	491	35	5.916	43.241	87,03%
<b>Atendimento Bancário</b>	73.923	1.692	215	3.161	68.855	93,14%
<b>Atendimento Previdenciário</b>	34.198	1.238	216	2.590	30.154	88,17%
<b>Denúncia</b>	16.590	132	12	4.136	12.310	74,20%
<b>Solicitação Diversa</b>	8.399	1.099	22	332	6.946	82,70%
<b>Elogio</b>	3.811	6	0	0	3.805	99,84%
<b>Arrecadação/Fiscalização</b>	2.809	292	16	212	2.289	81,49%
<b>Sugestão</b>	675	9	0	0	666	98,67%
<b>Empregado Público - Dataprev</b>	30	30	0	0	0	0,00%
<b>Servidor</b>	3	3	0	0	0	0,00%
<b>Total Geral/2013</b>	<b>190.121</b>	<b>4.992</b>	<b>516</b>	<b>16.347</b>	<b>168.266</b>	<b>88,50%</b>

Fonte: Sistema SOU Web (extração em 08/01/2014)

OBS.: Das manifestações cadastradas em 2013, a OUGPS obteve uma média de 8,74 dias para responder ao cidadão ou encaminhar para as áreas solucionadoras. Em média, 53,22% das manifestações cadastradas durante meses de 2013 foram respondidas pela própria Ouvidoria, sem necessidade de encaminhamento às áreas solucionadoras, com base nos indicadores da OUGPS até o mês de novembro/2013.

Comparando os resultados com o exercício de 2012, verificam-se os percentuais majorados e minorados conforme a ocorrência:

**Tabela XI – Denúncias Ouvidoria (SOU Web)/Comparativo exercícios 2012/2013**

Exercícios	Registradas	Pendentes na Ouvidoria	Pendentes nas áreas Solucionadoras	Total de casos Respondidos / Encerrados
<b>2013</b>	190.121	4.992	16.347	168.266
<b>2012</b>	177.525	5.576	18.702	153.247
<b>Percentuais/Status</b>	7% - Majoração	-10% - Minoração	-13% - Minoração	10% - Majoração

Fonte: Sistema SOU Web (extração em 08/01/2014) e RAIN/2012

#### 4.5. Denúncias Encaminhadas pela Ouvidoria à Auditoria

Das 16.590 denúncias cadastradas no SOU Web, 28 (vinte e oito) foram direcionadas à Auditoria para apuração dos fatos. Dessa forma foi elaborado o **Anexo IV - Denúncias encaminhadas pela Ouvidoria**, contendo a identificação (nº processo/demanda, ofício); fato denunciado, providências adotadas, diligências e previsão de auditoria se for o caso, bem como, a procedência ou não da denúncia apurada.

#### 4.6. Denúncias Encaminhadas pela CGU à Auditoria

Além das denúncias recebidas pela Ouvidoria, foram demandadas pela CGU 38 (trinta e oito) denúncias, cujas informações constam do **Anexo V - Denúncias encaminhadas pela CGU à Auditoria**, contendo informações relativas à identificação e procedimentos adotados.

### 5. Relato Gerencial sobre a Gestão de Áreas Essenciais da Unidade, com Base nos Trabalhos Realizados

A manifestação acerca dos controles instituídos para gerenciamento permite demonstrar o empenho para alcance da excelência da Gestão do INSS, em razão da sua Missão Institucional e Visão de Futuro, por meio do Planejamento e Gestão Estratégica, incluindo os indicadores de desempenho e as ações estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual.

A Missão Institucional consiste em “Garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com objetivo de promover o bem-estar social”.

Sua Visão de Futuro consiste em “Ser reconhecida como patrimônio do trabalhador e sua família, pela sustentabilidade de regimes previdenciários e pela excelência na gestão, cobertura e atendimento”.

#### 5.1. Das Metas Previstas no Painel de Desempenho e Plano de Ação do INSS

A RESOLUÇÃO/INSS/PRES Nº 252, de 27/11/2012 estabeleceu diretrizes para a elaboração do Plano de Ação do INSS, correspondente ao exercício de 2013, o qual foi aprovado pela RESOLUÇÃO/INSS/PRES Nº 272, de 31/01/2013, definindo as metas e os indicadores de desempenho, possibilitando a mensuração dos riscos, adoção de medidas para seu tratamento e minimização destes, além dos resultados que revelam a eficiência, eficácia, efetividade e economicidade da gestão.

Durante o exercício, por meio da Intraprev no endereço <http://www-plano2013>, foi possível efetuar o acompanhamento dos Indicadores de Desempenho do INSS. Avalia-se que os resultados foram satisfatórios, considerando os índices previstos e realizados, conforme legenda e demonstrativos que se apresentam:

#### *Legenda I - Status dos Indicadores – Painel de Desempenho/2013*

Legenda	Quant.	Indicadores
Excelência	01	TMCDR
Meta Atingida	05	IRES, PRA45, TMC, TMEAPL e TMTC
Atenção	02	TMEA e TMEA-PM
Execução aquém da previsão	02	MOB/CGU/TCU e TMTR

Fonte: Intraprev/2013

*Nota: IRES - Índice de Resolubilidade; MOB CGU/TCU - Monitoramento Operacional de Benefícios – CGU/TCU; PRA45 - Porcentagem de Processos Acima de 45 Dias; TMC - Tempo Médio de Concessão, TMCDR - Tempo Médio de Cumprimento de Recurso Administrativo; TMEA - Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado; TMEA PM - Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado – Perícia Médica, TMEAPL - Tempo Médio de Espera Avaliação Potencial Laboral; TMTC - Tempo Médio Tramitação Cumprimento de Decisão; TMTR – Tempo Médio de Tramitação de Processo Inicial de Recurso.*

O Plano de Ação do INSS, nos últimos exercícios tem sido elaborado com estabelecimento de metas, prevalecendo o caráter participativo e descentralizado, envolvendo o universo de Gestores que exercem suas atividades na Administração Central, Superintendências-Regionais, Gerências-Executivas e Agências da Previdência Social.

### 5.1.1. Painel de Desempenho 2013

**Tabela XII – Indicadores/Painel de Desempenho/2013**

Indicador	Unidade De Medida	Previsão/ Realização	Resultados – 2013 – 1º, 2º, 3º E 4º Trimestres			
			1º	2º	3º	4º
<b>IRES</b>	%	P	51,77%	53,42%	54,74%	56,06%
		R	56,71%	56,70%	58,46%	56,44%
<b>MOB CGU/TCU</b>	Quantidade de Processos	P	264.341	189.321	117.020	0
		R	262.323	197.968	140.865	17.428
<b>PRA45</b>	Quantidade de Processos	P	14,69%	13,77%	12,60%	11,38%
		R	13,00%	10,78%	8,22%	12,52%
<b>TMC</b>	DIAS	P	32	30	29	26
		R	31	27	26	27
<b>TMCDR</b>	DIAS	P	19	18	17	16
		R	4	6	6	9
<b>TMEA</b>	DIAS	P	22	20	19	18
		R	20	19	17	20
<b>TMEA-PM</b>	DIAS	P	29	27	25	23
		R	22	20	18	29
<b>TMEAPL</b>	DIAS	P	176	163	148	132
		R	98	81	86	98
<b>TMTC</b>	DIAS	P	43	40	36	31
		R	69	26	22	27
<b>TMTR</b>	DIAS	P	110	87	67	45
		R	113	116	90	101

Fonte: Intraprev/2013 – Painel de Desempenho

### 5.1.2. Indicadores do Plano de Ação 2013

Da mesma forma, foi processada análise dos Indicadores do Plano de Ação, sendo, em síntese, apresentados os resultados em relação aos 41 (quarenta e um) Indicadores:

**Tabela XIII – Indicadores/Plano de Ação/2013**

Direcionador	Objetivo	Ação	Indicador	Mês	Status	Área
1 - Modernização da Infraestrutura e otimização dos Recursos	1.1 - Prover soluções em ambiente tecnológico integrado, seguro e de alto desempenho	1.1.1 - Implementar o Sistema de Benefícios - SIBE	Produto Implementado	novembro	Aquém da Previsão	DIRBEN
		1.1.2 - Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI	Produto Homologado	novembro	Meta Atingida	CGTI
		1.1.3 - Realizar migração dos sistemas corporativos da SAA para o GERID	Sistemas Migrados	Outubro	Aquém da Previsão	CGTI
		1.1.4 - Implementar Certificado Digital	Certificados Gerados	agosto	Meta Atingida	CGTI
		1.1.5 - Promover a modernização das Redes Locais das APS.	(a) Unidades inspecionadas e diagnosticadas	outubro	Sem Execução	CGTI
	(b) Unidades com Contratações de projetos		novembro	Sem Execução	CGTI	
	1.2 - Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social	1.2.1 - Adequar a estrutura física das unidades do INSS	Unidade Adequada	novembro	Atenção	DIROFL/C GEPI
		1.2.2 - Implementar a Expansão da Rede de Atendimento do INSS	Unidade Inaugurada	outubro	Aquém da Previsão	DIRAT
	1.3 - Aperfeiçoar a Aplicação de recursos	1.3.1 - Alienar Imóveis não Operacionais	Imóvel Alienado	novembro	Aquém da Previsão	DIROFL/C GEPI
	2 - Gestão Estratégica de Pessoas	2.1 - Otimizar o quadro de pessoal e desenvolver competências compatíveis com os objetivos institucionais	2.1.1 - Disseminar Saúde e qualidade de vida no trabalho nas Unidades do INSS	Servidor Capacitado	setembro	Atenção
2.1.2 - Implementar os Programas de Educação Continuada nas áreas do INSS..			Servidor Capacitado	novembro	Aquém da Previsão	DGP
2.1.3 - Implementar a Gestão por Competência do INSS			Percentual de Implementação	novembro	Meta Atingida	DGP



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Direcionador	Objetivo	Ação	Indicador	Mês	Status	Área
	2.2 - Promover a Valorização e a qualidade de vida das pessoas	2.2.1 - Implementar o Programa de Saúde e Qualidade de vida no Trabalho	Percentual de Implementação	setembro	Atenção	DGP
	2.3 - Desenvolver cultura voltada aos valores, aos resultados e à Responsabilidade Sócioambiental	2.3.1 - Implementar a coleta seletiva nas Unidades do INSS, com vista a promoção da inclusão social, a diminuição de custos e a preservação do planeta	% de GEX com a coleta seletiva implementada	outubro	Aquém da Previsão	DIROFL/C GRLOG
3 - Inovação da Gestão	3.1 - Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários	3.1.1 - Realizar as reuniões trimestrais do Plano de Ação, em todos os níveis de gestão	Reunião Trimestral concluída	novembro	Meta Atingida	CGPGE
		3.1.2 - Implementar Modelo de Excelência das Agências da Previdência Social	Agência com modelo Implementado	setembro	Aquém da Previsão	DIRAT
	3.3 - Fortalecer os Controles Internos, o combate às Fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional	3.3.1 - Promover a análise e o monitoramento operacional de benefícios	Monitoramento Operacional de Benefícios - MOB/TCU - MOB/CGU	novembro	Aquém da Previsão	DIRBEN
		3.3.2 - Implementar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC	Cartórios com Sistema Implementado	novembro	Sem Execução	DIRBEN
		3.3.3 - Implementar a malha nas Informações da GFIP	Módulo Implementado	novembro	Aquém da Previsão	DIRBEN
		3.3.4 - Aperfeiçoar a Gestão de Risco no Reconhecimento de Direitos	% de Implementação	novembro	Atenção	AUDGER
4 - Ampliação da Cobertura	4.1 - Aprimorar as Informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho	4.1.1 - Implementar o Portal CNIS	Módulo Implementado	setembro	Atenção	DIRBEN
		4.1.2 - Implementar o Modelo de Escrituração Fiscal Digital	Percentual de Desenvolvimento	novembro	Sem Execução	DIRBEN
	4.2 - Fortalecer a Educação Previdenciária com foco na inclusão e fidelização	4.2.1 - Realizar Ações de promoção da Educação Previdenciária	Pessoa Informada	novembro	Atenção	DGP



Direcionador	Objetivo	Ação	Indicador	Mês	Status	Área
5 - Excelência do Atendimento e Controle Social	5.1 - Promover o reconhecimento automático do direito	5.1.1 - Atender resolutivamente os requerimentos iniciais de benefícios	Índice de Resolutividade - IRES	novembro	Meta Atingida	DIRBEN
		5.1.2 - Agilizar a análise de requerimentos iniciais de benefícios	(a) Tempo Médio de Concessão	novembro	Meta Atingida	DIRBEN
			Porcentagem de Processos em análise acima de 45 dias (PRA45)	novembro	Meta Atingida	DIRBEN
		5.1.3 - Implementar o Sistema de Recurso Eletrônico (e-recurso)	GEX com o sistema implementado	setembro	Meta Atingida	DIRBEN
	5.2 - Aperfeiçoar as Decisões e Minimizar as ocorrências de Litígios	5.2.1 - Agilizar a tramitação de processos de recursos administrativos	(a) Tempo Médio de Tramitação de Processos iniciais de Recursos Administrativos (TMTR)	novembro	Aquém da Previsão	DIRBEN
			(b) Tempo Médio de Cumprimento de Decisão de Recurso Administrativo (TMCDR)	novembro	Excelência	DIRBEN
			(c) Tempo Médio de Tramitação para cumprimento de Decisão Recursal (TMTC)	novembro	Meta Atingida	DIRBEN
		5.2.2 - Implementar a Justificação Administrativa	Agência da Previdência Social com Processo de JA Implantado(JA)	outubro	Atenção	PFE
		5.2.3 - Implementar a Gestão da Qualidade em Matéria de Benefícios	Percentual de Implementação	outubro	Aquém da Previsão	PFE
		5.2.4 - Aperfeiçoar o Processo de Conciliação Administrativa	Produto Entregue	novembro	Meta Atingida	PFE
		5.2.5 - Aperfeiçoar o processo combate ao abuso da intermediação	Produto Entregue	outubro	Aquém da Previsão	PFE
		5.3 - Garantir o Pagamento de Benefícios com qualidade	5.3.1 - Aperfeiçoar a Gestão da Folha de Pagamento de Benefícios	Percentual de Implementação	setembro	Atenção

Direcionador	Objetivo	Ação	Indicador	Mês	Status	Área
	5.4 - Promover o Acesso à Informação de forma Transparente e tempestiva	5.4.1 - Reduzir o Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado	Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	novembro	Atenção	DIRAT
		5.4.2 - Reduzir o Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado da Perícia Médica	Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado da Perícia Médica - TMEA-PM	novembro	Meta Atingida	DIRSAT
		5.4.3 - Aperfeiçoar a Gestão de Documento do INSS	Percentual de Implementação	novembro	Sem Execução	DIROFL/ CGRLOG
		5.4.4 - Agilizar a análise das Manifestações da Ouvidoria	Nº de Manifestações em análise há mais de 15 Dias	junho	Sem Execução	Presidência
	5.5 - Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral	5.5.1 - Promover a reabilitação profissional para os segurados da Previdência Social	Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado da Perícia Médica - TMEA-PL	novembro	Meta Atingida	DIRSAT
		5.5.2 - Implementar a revitalização da reab. profissional	Percentual de Implementação	novembro	Aquém da Previsão	DIRSAT

Fonte: Intraprev/2013 – Plano de Ação

### Legenda II - Status dos Indicadores – Plano de Ação/2013

Legenda		Quant.
	Excelência	01
	Meta Atingida	12
	Atenção	09
	Execução aquém da previsão	13
	Sem Execução	06

Da análise dos 41 (quarenta e um) Indicadores, 22 (vinte e dois) atingiram o desempenho desejado, restando prejudicada a execução de 06 (seis) e, ainda, não foi possível a obtenção de índices expressivos, pela execução aquém da previsão, em 13(treze) Indicadores.

## 5.2. Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

A seguir apresentamos os registros extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que permitiu extração de informações financeiras em relação às Iniciativas e Ações Governamentais, estabelecidos no Plano Plurianual (PPA). Quanto

à meta física os resultados consolidados serão avaliados por ocasião da Prestação de Contas do INSS ao Tribunal de Contas da União (TCU).

### 5.3. Ações Governamentais

O quadro a seguir apresenta os resultados das Ações referentes à meta financeira sobre o valor Empenhado e Empenho Liquidado.

**Tabela XIV – Detalhamento das Ações Governamentais/2013**

Ação	Unidade de Medida	Valor Empenhado	Empenho Liquidado	% de Execução Financeira
2585 - Serviço de reabilitação profissional	Segurado Reabilitado Unidade	16.077.973,36	10.906.975,07	67,84%
2562 - Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos e processos	Auditoria Realizada Unidade	5.009.199,67	4.995.147,09	99,72%
8426 - Desimobilização de imóveis não operacionais do INSS	Imóvel Alienado – Unidade	135.759,21	135.759,21	100,00%
116V - Instalação de unidade de funcionamento do INSS	Unidade Instalada Unidade	61.872.715,22	20.161.722,72	32,59%
2593 - Funcionamento das unidades descentralizadas do INSS	Unidade em Funcionamento Unidade	804.253.600,62	712.843.236,53	88,63%
8869 - Reformas e adaptações das unidades do INSS	Unidade de Atendimento Reformada Unidade	18.941.861,51	5.234.448,10	27,63%
2294 - Defesa Judicial da Previdência Social	Peça Processual Produzida Unidade	28.850.685,25	28.605.601,17	99,15%
0E81 - Benefícios previdenciários urbanos	N/C	269.213.945.583,23	268.250.272.356,13	99,64%
0E82 - Benefícios previdenciários rurais	N/C	79.650.978.027,00	79.445.319.502,34	99,74%
009W - Compensação previdenciária	N/C	2.020.945.000,00	2.020.945.000,00	100,00%
2292 - Serviço de processamento de dados de Benefícios Previdenciários	Benefício Processado (Milhar)	305.539.087,54	305.492.150,90	99,98%
20HR - Gestão da informação corporativa na Previdência Social	Acervo Digital Implementado Unidade	697.163,44	696.324,07	99,88%
4405 - Previdência eletrônica	N/C	83.844.459,06	77.184.969,36	92,06%
4641 - Publicidade de utilidade pública	N/C	0,00	0,00	0,00
2591 - Reconhecimento de direitos de benefícios previdenciários	Processo Concluído Unidade	38.710.146,35	37.817.422,83	97,69%





**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ação	Unidade de Medida	Valor Empenhado	Empenho Liquidado	% de Execução Financeira
2563 - Gestão da melhoria contínua	Unidade Avaliada Unidade	4.169.423,17	4.133.641,75	99,14%
20HT - Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC	Registro Efetivado	532.035,39	528.936,05	99,42%
2564 - Gestão de Cadastros para a Previdência Social	Informação Processada Milhar	93.866.110,15	93.792.110,15	99,92%
20GN - Educação Previdenciária e Financeira	Pessoa Informada Unidade	693.760,20	399.025,47	57,52%
009K - Complementação e Pensões da RFFSA	N/C	682.500.000,00	635.346.604,48	93,09%
0181 - Pagamento de aposentadorias e pensões – Servidores Cíveis	N/C	4.185.600.390,59	4.185.569.461,05	100,00%
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	N/C	824.700.977,05	824.700.977,05	100,00%
20TP - Pagamento de pessoal ativo da união	N/C	4.105.025.539,01	4.105.025.539,01	100,00%
2000 - Administração da unidade	N/C	77.802.109,28	68.616.280,90	88,19%
2004 - Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	Pessoa Beneficiada Unidade	152.330.810,58	149.055.053,09	97,85%
2010 - Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares	Criança Atendida – Unidade	4.347.229,42	4.347.229,42	100,00%
2011 - Auxílio transporte aos servidores civis, empregados e militares	Pessoa Beneficiada Unidade	36.366.566,18	36.366.566,18	100,00%
2012 - Auxílio alimentação aos servidores civis, empregados e militares	Pessoa Beneficiada Unidade	176.539.532,34	176.539.532,34	100,00%
4572 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.	Servidor Capacitado	13.103.229,78	12.530.683,58	95,63%
00G5 - Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor	N/C	0,00	0,00	0,00%
0005 - Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (Precatórios)	N/C	0,00	0,00	0,00%
	N/C	0,00	0,00	0,00%
0482 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de pequeno Valor oriunda da justiça comum estadual	N/C	199.997.725,54	178.300.000,37	89,15%
0486 - Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (Precatórios) oriunda da justiça comum estadual	N/C	567.620.199,51	479.690.698,56	84,51%
0625 - Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado de pequeno valor	N/C	0,00	0,00	0,00%
0536 - Benefícios de legislação especial	N/C	740.625.022,00	712.316.130,65	96,18%

#### 5.4. Avaliação dos Controles Internos Administrativos

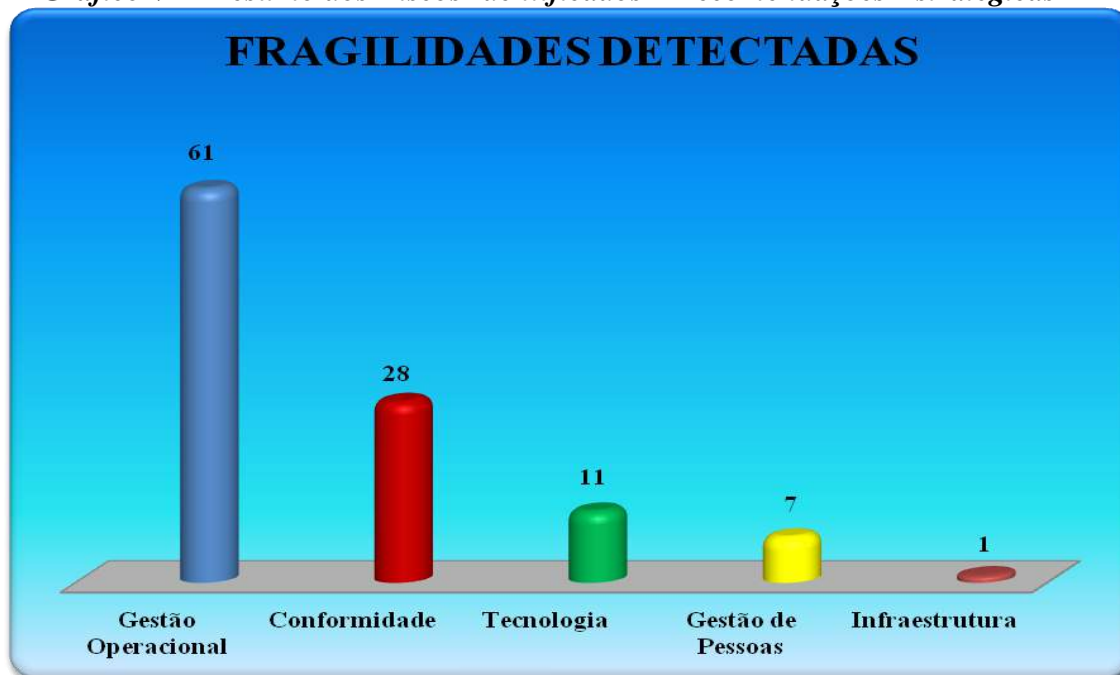
Este item destina-se a revelar, em síntese, o alcance dos objetivos das diretrizes traçadas pela Auditoria-Geral e suas projeções e os principais resultados que contribuíram para a melhoria da gestão e dos processos de trabalho, seus aspectos quantitativos e qualitativos, cujos relatórios consolidados encontram-se gravados em mídia CD, que acompanha este relatório.

#### 5.5. Fragilidades Identificadas

Em razão dos trabalhos realizados, foram formuladas Recomendações Estratégicas constantes do **Anexo III – Recomendações Estratégicas da Auditoria Interna** considerando os riscos de Conformidade, Gestão de Pessoas, Gestão Operacional, Infraestrutura e Tecnologia.

O Gráfico a seguir apresenta síntese dos riscos identificados e registrados nos Relatórios Finais Consolidados, os quais foram elaborados para conhecimento das respectivas Diretorias, conforme área de atuação dos Trabalhos de Auditoria.

*Gráfico VI - Resumo dos Riscos Identificados – Recomendações Estratégicas*



*Fonte: Relatórios Finais Consolidados*

As informações a seguir ressaltam as principais fragilidades identificadas nos Trabalhos de Auditoria realizados por áreas, enfocando os riscos, os impactos e as medidas mitigadoras propostas.

### 5.5.1. Área de Logística

---

#### **Trabalho de Auditoria nº 02/2013 - Auditoria no Processo de Gestão de Materiais de Consumo e Permanentes**

Esse Trabalho de Auditoria pautou-se nos aspectos relacionados à gestão das aquisições, ao desempenho dos sistemas de controle e gerenciamento que engloba planejamento das compras/reposição do estoque, o certame licitatório, os contratos de fornecimento de bens e consumo e permanente, recebimento, aceitação e guarda dos bens patrimoniais, existência de rotinas e procedimentos de trabalho, ao cumprimento das práticas recomendadas pela legislação.

#### **Principais fragilidades identificadas:**

- a) Incompletude da formalização processual;
- b) Descumprimento de prazos estabelecidos para entrega/recebimento de materiais;
- c) Baixo desempenho dos sistemas de controle; e
- d) Controle ineficiente no gerenciamento das entradas e saídas de materiais, bem como em relação armazenagem, identificação e diferenças de informações e valores quando comparados os dados constantes nos sistemas CMC Web, ADMPER Web e SIAFI.

#### **Trabalho de Auditoria nº 04/2013 - Auditoria na Gestão das Obras de construção e Reformas das Unidades do INSS**

Esse Trabalho de Auditoria foi realizado para fins de avaliação do desempenho da gestão no tocante ao acompanhamento das contratações e a execução dos serviços de engenharia destinadas as obras de construção e reformas.

#### **Principais fragilidades identificadas:**

- a) Vistoria de Terreno realizada por profissional sem a devida comprovação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- b) Inexistência do procedimento de homologação correspondente à doação do terreno e outras formalidades processuais;
- c) Editais sem a previsão de itens exigidos em normativos, a exemplo, critérios de sustentabilidade, projeto básico completo e bem elaborado, comprovação de estimativa de preço;
- d) Vícios na formalização processual pela não apresentação tempestiva de garantias exigidas à execução dos serviços, não comprovação do atendimento às ressalvas indicadas pelo Órgão Jurídico e verificação da adimplência das contratadas no SICAF/CADIN; e
- e) Inconformidades na fiscalização dos contratos, relacionadas à inobservância das exigências estabelecidas por órgãos externos, a exemplo o Corpo de Bombeiros, e de instalações de materiais, equipamentos e serviços, conforme previsão em contrato, dentre outros.

### **Trabalho de Auditoria nº 05/2013 - Auditoria na Gestão dos Contratos de Serviços de Prestação Continuada**

Esse Trabalho de Auditoria proporcionou os exames correspondentes à formalização processual e a sua adequação aos normativos vigentes, a partir da fase interna do procedimento licitatório até a fase da celebração do contrato, seus aditamentos e a execução dos serviços, avaliando-se os resultados relacionados aos recursos orçamentários disponibilizados, ao cumprimento de prazos, ao cronograma físico-financeiro, aos pagamentos e demais atos administrativos.

#### **Principais fragilidades identificadas:**

- a) Incompletude na formalização processual em fase da não comprovação de justificativas, assinaturas em documentos, autorizações, pesquisas de preços, além da ausência de elementos que devam constar no processo administrativo em conformidade com o edital e na formalização dos contratos;
- b) Preenchimento deficiente pelo gestor e co-gestores do Contrato dos instrumentos de controles de fiscalização;
- c) Não preenchimento ou encaminhamento intempestivo e ausência das fichas de inspeção e controle previsto nos normativos internos do INSS; execução contratual não acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle previstos em norma;
- d) Controle ineficiente das obrigações fiscais e trabalhistas em relação aos funcionários terceirizados; e
- e) Serviços executados em periodicidade divergente do que o estabelecido no Edital/Termo de Referência; serviços não executados na periodicidade e qualidade contratada.

### **Trabalho de Auditoria nº 09/2013 - Auditoria no Processo de Gestão dos Imóveis Dominicais do Fundo do Regime Geral da Previdência Social – FRGPS**

Esse Trabalho de Auditoria pautou-se na verificação da atualização dos dados registrados em contas específicas nos sistemas, no controle dos imóveis pelo setor responsável, na estrutura operacional para execução das rotinas referentes à gestão dos imóveis, nas ações empreendidas para viabilizar a regularização da documentação dominial para a alienação dos imóveis e para promover à regularização das ocupações dos imóveis ou espaço físico, além da Identificação das causas impeditivas do avanço das alienações dos imóveis.

#### **Principais fragilidades identificadas:**

- a) Pendência de regularização da Documentação Dominial, Documentação Cadastral e de Pagamentos de Taxas e Liquidação de Débitos de diversos imóveis;
- b) Informações desatualizadas, correspondentes aos registros patrimoniais e contábeis no SGPI Web e no SIAFI;
- c) Inexistência de controle relacionada à administração e a manutenção do patrimônio do imobiliário do FRGPS;
- d) Pendência de regularização das cessões de uso de Imóveis Dominicais pelos Órgãos Públicos ou locação de imóveis a terceiros.

## Principais riscos identificados

<b>Riscos identificados</b>	Insuficiência de servidores para suprir a demanda de serviços, gerando acúmulo de funções e a inobservância da segregação de funções
	Investimento parcial em capacitação dos servidores para o exercício da função de fiscalização dos contratos
	Não conformidade da gestão pelo descumprimento das leis e regulamentos, sem a tomada de decisão em relação às supervisões, acompanhamento e a qualificação da linha de execução
	Insucesso das estratégias e do Planejamento, metas e objetivos delineados para o exercício pela inexistência de gerenciamento dos riscos
	Deficiências relacionadas ao controle efetivo, resultando em fragilidades das operações
	Elaboração de orçamento sem a completude necessária que se torne facilitador no processo licitatório
	Ausência de procedimento em razão da perda do favorecimento das empresas pelo Simples Nacional, pela ausência de revisão e adequação da Planilha de custos e formação de preços, dos encargos sociais do sistema “S”
	Descumprimento de obrigações pela contratada
	Processos interrompidos, obras paralisadas e falhas na execução, no cumprimento de prazos e no gerenciamento das atividades
	Possíveis perdas financeiras em decorrência da vulnerabilidade dos controles
<b>Impactos no processo de trabalho</b>	Ineficácia e/ou desvios dos objetivos, má aplicação dos recursos públicos
	Notificações dos órgãos de controle
	Prejuízos legais (causas trabalhistas; impugnações / cancelamento de contratos)
	Interrupção de serviços essenciais e novo procedimento para contratação
	Fragilidades na fiscalização e acompanhamento dos serviços contratados
	Prejuízos a imagem do Órgão
<b>Medidas saneadoras propostas</b>	Aperfeiçoamento dos sistemas informatizados e dos controles internos
	Criação de rotinas/fluxos de acompanhamento, revisão e supervisão dos procedimentos realizados pela linha de execução
	Adoção contínua de política de capacitação dos servidores que atuam na área de acompanhamento da gestão das aquisições e da execução de serviços contratados

*Fonte: Programas de Trabalho desenvolvidos em Âmbito Nacional*

## 5.5.2. Área de Gestão de Pessoas

---

### **Trabalho de Auditoria nº 06/2013 - Auditoria Contínua nos Processos de Gestão de Pessoas**

Esse Trabalho de Auditoria propiciou a avaliação da efetividade dos controles gerenciais e de acompanhamento dos Processos de Gestão de Pessoas, especificamente das ocorrências de Entradas com Atraso e Saídas Antecipadas (00172), Recesso de Final de Ano (02323) e Compensações de Recesso (02424); e das Concessões de Diárias e Passagens as Prestações de Contas Pendentes.

#### **Principais fragilidades identificadas:**

- a) Não processamento ou efetivação parcial em Folha de Pagamento de descontos devidos e dos seus concomitantes registros no Cadastro do Servidor (SIAPECad);
- b) Desligamento de bolsistas (estagiários) sem o processamento dos descontos devidos em Folha de Pagamento, referentes às horas/minutos não compensados, quer pelo recesso de final de ano usufruído, quer por entradas e saídas antecipadas; e
- c) Vulnerabilidades no processo de prestação de contas referente as concessões de diárias e reembolso de passagens e, por consequência, a intempestividade no processamento de devoluções e ressarcimentos ao erário.

### **Trabalho de Auditoria nº 08/2013 - Auditoria no Processo de Gestão das Concessões de Abonos de Permanência, Aposentadorias e Pensões**

Esse trabalho de Auditoria foi elaborado para avaliação das rotinas e procedimentos, quanto à aderência à legislação e ao desempenho da gestão no processo concessório dos benefícios aos servidores e seus dependentes que compõem o Plano da Seguridade Social dos servidores vinculados ao Regime Jurídico Único.

Para fins de avaliação dos controles internos aplicados e das operações desempenhadas processaram-se os exames considerando os aspectos da legalidade, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, aliados ao controle gerencial, dessa forma, observando-se a aderência às disposições contidas no artigo 40, da Constituição Federal/1988, a Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais n<sup>os</sup>. 41, de 19/12/2003, 47, de 05/07/2005 e 70, de 29/03/2012.

#### **Principais fragilidades identificadas:**

- a) Incompletude na formalização processual correspondente aos benefícios de Abono de Permanência, Aposentadorias e Pensões, em razão de informações divergentes na confrontação SIAPE x Documentação em relação à frequência, cadastro, Licença Prêmio por Assiduidade, Averbações de Tempo de Serviço,

Abono de Permanência, processamento das rubricas em Folha de Pagamento, em conformidade com a data da implementação do direito adquirido e a concessão do benefício de Abono de Permanência e Aposentadoria.

- b) Pendência de acertos/ajustes financeiros quando da transição da atividade para inatividade ou atividade para instituidor de pensão;
- c) Subutilização do Sistema de Avaliação dos Atos de Admissão e Concessão - SISAC, por meio do Portal do Tribunal de Contas da União – TCU;
- d) Enquadramento incorreto do Ato de Concessão de Abono de Permanência, Aposentadorias e Pensões; e
- e) Pendência de revisão dos proventos das aposentadorias por invalidez concedidas com base na EC nº 41/2003, por força das alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e ou encontro de contas dos valores processados em Folha de Pagamento.

### Principais Riscos Identificados

<b>Riscos identificados</b>	Servidores não capacitados para o exercício da função
	Perda progressiva de capital intelectual
	Conhecimento das fragilidades pela inaplicabilidade dos normativos e intervenção manual, sem o mapeamento dos riscos e adoção de medidas visando equacioná-los, contribuindo com a melhoria do processo e o incremento da transparência dos gastos com a Folha de Pagamento
	Fragilidades ou inadequações nos processos internos
	Reprocessamento da Folha de Pagamento
	Enquadramento incorreto dos benefícios
	Despesas com pessoal processadas nas diversas rubricas em folhas de pagamentos
	Necessidade de padronização de procedimentos relativos aos cálculos para fins de ressarcimento
	Não efetivação dos acertos devidos na fase de transição da atividade para inatividade, correspondentes às rubricas processadas em FP de caráter indenizatório e as demais, respeitando-se a proporcionalidade/mês devida
	Cálculos indevidos, pela inobservância dos instrumentos para definição e processamento
	Ressarcimentos ao erário não processados de valores devidos a restituir pelos servidores/Dependentes



<b>Impactos no processo de trabalho</b>	Fragilidades na Gestão das Concessões, prejuízos aos servidores e/ou à Administração
	Determinações do TCU relativas ao retorno dos servidores ao exercício das atividades para complementação do tempo de serviço após julgamento das concessões das aposentadorias ou exclusão de beneficiários inabilitados à Pensão Civil
	Concessões sem a comprovação efetiva de dependência econômica
	Informações divergentes quando comparado os dados cadastrais quando comparados os dados existentes Sistema (SIAPE - SIAPECad) x Assentamentos funcionais
	Não processamento de descontos devidos e corretos à RFB
	Subutilização do SISAC
	Enquadramento incorreto no Sistema dos benefícios
	Incompletude na formalização processual ou pendência de revisão em face da Emenda Constitucional editada posterior a concessão do benefício por invalidez
<b>Medidas saneadoras propostas</b>	Adoção de medidas mitigadoras dos riscos identificados nas concessões de Abono de Permanência, Aposentadorias e Pensões Civis, cômputo de Licença Prêmio, Anuênio, demais vantagens e gratificações, os quais dificultam o bom desempenho da gestão
	Mapeamento das fragilidades, possibilitando soluções corretivas, tempestivas e proativas
	Proposição de políticas estratégicas de capacitação, desenvolvimento e motivação dos servidores
	Aprimoramento dos procedimentos técnicos, gerenciais e dos controles internos

*Fonte: Programas de Trabalho desenvolvidos em Âmbito Nacional*

### 5.5.3. Área de Orçamento, Finanças e Contabilidade

#### **Trabalho de Auditoria nº 07/2013 - Auditoria no Processo de Gestão de Orçamento, Finanças e Contabilidade**

Esse Trabalho de Auditoria pautou-se no mapeamento das fragilidades, relacionadas às garantias, aos lançamentos contábeis, ao rol de responsáveis, aos créditos orçamentários e provisões financeiras, às despesas com encargos moratórios, restos a pagar e históricos dos documentos.

#### **Principais fragilidades identificadas:**

- a) Registros contábeis efetuados intempestivamente;
- b) Lançamentos em longo prazo e/ou curto prazo, infringindo princípios contábeis;
- c) Pendências de repasses de tributos (Imposto Sobre Serviços de Quaisquer Naturezas - ISSQN), cuja retenção foi efetuada em exercícios pretéritos;
- d) Despesas com incidência de encargos moratórios provenientes de indisponibilização orçamentária e financeira;
- e) Apropriações de despesas fora do regime de competência, resultando em ressalvas no balancete da Unidade; e
- f) Históricos dos documentos do SIAFI incompletos e/ou incorretos.

**Proteção para o Trabalhador e sua Família**



## Principais Riscos Identificados

<b>Riscos identificados</b>	Ausência de capacitação dos servidores para o exercício da função.
	Conhecimento dos riscos sem adoção de medidas a favor do aprimoramento do desempenho operacional e gerencial
	Desconformidades contábeis e Contas inconsistentes
	Sobrestamento de repasse de tributos e contribuições
	Pendências de acertos contábeis, conciliação de saldos
	Apropriações fora do regime de competência
	Ausência de capacitação dos servidores para o exercício da função
	Perda progressiva de capital intelectual
	Possíveis perdas financeiras em decorrência da vulnerabilidade dos controles e Pagamentos de encargos moratórios
<b>Impactos no processo de trabalho</b>	Deficiências na gestão que ensejam o fortalecimento dos procedimentos nas áreas orçamentária, financeira e contábil
	Demonstração da não fidedignidade dos atos e fatos contábeis
	Deficiências no controle patrimonial
	Pendência de repasses de tributos e despesas com encargos moratórios
	Incompletude de informações nos documentos de pagamento
<b>Medidas saneadoras propostas</b>	Alinhamento entre os setores para fins de apropriações tempestivas e obrigatórias
	Instituição de medidas para melhor desempenho, melhorias e adequações na operacionalização, implementando-se fluxo de procedimentos para ajustes tempestivos (Mês Aberto)

*Fonte: Programas de Trabalho desenvolvidos em Âmbito Nacional*

### 5.5.4. Área de Benefícios

#### Trabalho de Auditoria nº 11/2013 - Auditoria no Processo de Comprovação de Atividade do Segurado Especial

Esse Trabalho de Auditoria consistiu na verificação da comprovação de atividade rurícola do segurado especial no Reconhecimento de Direitos de Aposentadoria por Idade (espécie 41), Pensão por Morte (espécie 21) e Salário Maternidade (espécie 80).

#### Principais fragilidades identificadas:

- Ausência ou fragilidade da documentação contemporânea aos fatos que se quer comprovar;
- Área superior a quatro módulos fiscais; e
- Declaração e homologação sindical com data anterior a fundação do próprio Sindicato.

#### Trabalho de Auditoria nº 12/2013 - Gestão da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social - RGPS

Desenvolveram-se ações para fins de avaliação do gerenciamento da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social, quanto à manutenção de benefícios de espécies incompatíveis e de pagamentos em duplicidade ao mesmo titular e benefícios com indicativo de óbitos de beneficiários, sem o devido tratamento. Desta ação resultou a detecção de pagamento indevido na ordem de R\$23.385.180,50 (vinte e três milhões trezentos e oitenta e cinco mil cento e oitenta reais e cinquenta centavos), recuperando aos cofres públicos o montante de R\$20.327.494,47 (vinte milhões trezentos e vinte e sete mil quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e sete centavos).

#### **Principais fragilidades identificadas:**

- a) Acumulação indevida de benefícios de espécies incompatíveis;
- b) Duplicidade de pagamentos;
- c) Pagamentos pós-óbitos;
- d) Falhas de sistemas; e
- e) Ausência de sistema para realização de encontro de contas.

#### **Trabalho de Auditoria nº 13/2013 - Auditoria em Benefícios de Aposentadoria por Invalidez com retorno voluntário ao trabalho**

Esta ação avaliou a manutenção dos benefícios de aposentadorias por invalidez das espécies 04 (Aposentadoria por Invalidez do trabalhador rural); 05 (Aposentadoria por Invalidez Acidentária do trabalhador rural); 06 (Aposentadoria por Invalidez do empregador rural); 32 (Aposentadoria por Invalidez previdenciária) e 92 (Aposentadoria por Invalidez - acidente do trabalho), com indícios de retorno voluntário ao trabalho. Com esta ação foi evidenciada a manutenção irregular de benefícios representando um prejuízo no montante de aproximadamente R\$1.227.600,00 ( um milhão duzentos e vinte e sete mil e seiscentos reais).

#### **Principais fragilidades identificadas:**

- a) Beneficiários aposentados por invalidez que retornaram a exercer atividades laborativas remuneradas;
- b) Utilização indevida de inscrições de titulares de benefícios para admissão de outros empregados;
- c) Baixo desempenho dos sistemas de controle (BATINV) e (CMOBEN); e
- d) Ausência de tratamento tempestivo das apurações.

#### **Trabalho de Auditoria nº. 15/2013 – Auditoria no Processo de Pagamento Alternativo de Benefícios – PAB e Crédito Diário**

Esta Ação de Auditoria contemplou a análise, por meio de pesquisas nos Sistemas Corporativos, dos Pagamentos Alternativos de Benefícios – PAB e Créditos Diários autorizados, verificando as possíveis inconsistências nos pagamentos; avaliando a eficiência e a eficácia dos controles internos propondo sua correta utilização e melhorias, a fim de mitigar os riscos. Com esta ação evitou-se o pagamento indevido na ordem de R\$9.839.742,18 (nove milhões oitocentos e trinta e nove mil setecentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos), recuperou-se R\$92.655,45 (noventa e dois mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco

centavos), sendo ainda detectado o montante de R\$152.578,86 (cento e cinquenta e dois mil quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos) pendente de recuperação.

### Principais fragilidades identificadas:

- Ausência de registro ou registro parcial no histórico de ocorrências do Benefício;
- Créditos com períodos e/ou valores incorretos em face de duplicidade de competência;
- Emissão do pagamento com períodos fictícios de crédito;
- Baixo desempenho dos sistemas de controle; e
- Controle ineficiente no gerenciamento das emissões e autorizações dos Pagamentos Alternativos de Benefícios – PAB e Créditos Diários.

### Principais riscos identificados

<b>Riscos identificados</b>	Falta de sistemas corporativos a vinculação do período de atividade rural ao imóvel e respectivo proprietário, visando identificar todos os trabalhadores que exerceram ou exercem atividade na propriedade, propiciando a verificação da área/quantidade de trabalhadores e contratos envolvidos
	Falta de batimentos do cadastro de segurado especial no âmbito do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, com informações oriundas de outras fontes e/ou órgãos externos para ratificação das informações declaratórias incluídas no cadastro
	Falta de mecanismos de busca e consulta automatizada que permitam identificar no ato da concessão se o requerente é proprietário ou responsável por empresa, que descaracteriza a condição de segurado especial, visando à mitigação de riscos de reconhecimento de direito indevido ou oportunizar justificativas e registros
	Falta da conclusão ou apresentação de plano de trabalho para a conclusão da revisão dos benefícios com possível irregularidade apontados pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 715/2012 TCU Plenário
	Inconsistência na formalização processual os relatórios regionais pontuaram situações de inconsistência dos processos administrativos previdenciários, que transbordaram da legislação (OI nº 170/2007 e IN nº 45/2010)
	Declaração sindical deficiente ou incompleta
	Cópias de documentos sem autenticação e outras situações análogas
	Manutenção indevida de benefícios e pagamentos pós-óbitos
	Inexistência de ferramenta que realize o encontro de contas
	Inexistência de fiscalização nos cartórios
<b>Impactos no processo de trabalho</b>	Comprovar o tempo de atividade rural, na condição de segurado especial, que na maioria das vezes, ocorre em um delicado contexto, que contrapõem, de um lado, a necessidade constitucionalmente de se conferir proteção a expressiva parcela de trabalhadores do campo do país e de outro, a incontornável exigência de segurança jurídica na obtenção de meios de prova num ambiente em que, ainda hoje, é notório o primitivismo quanto à formalização das relações de trabalho
	Cadastro sem as informações necessárias ao deferimento do pleito
	Prejuízo financeiro
	Falha de sistema

<b>Medidas saneadoras propostas</b>	Parceria com outros órgãos externos para confirmação e alimentação do Cadastro
	Criação de rotinas/filtros de acompanhamento, revisão e supervisão dos procedimentos realizados pela linha de execução
	Adoção contínua de política de capacitação dos servidores que atuam na área de acompanhamento da gestão principalmente com relação ao reconhecimento inicial do direito
	Automatização de rotina para realização de encontro de contas entre benefícios inacumuláveis
	Desenvolvimento de rotina automatizada para invalidação de créditos, referente a período posterior à cessação do benefício, processados e ainda não pagos
	Instituição de regras para o aplicativo LIBDUP do SUB/PLENUS, tornando-o eficiente na identificação e registro de acumulação indevida entre o Auxílio Suplementar – espécie 95 com outras espécies de benefício
	Implementação no sistema de benefícios, aplicativo ou ferramenta que possa permitir, por opção, concessão de benefício sem geração de crédito no ato do processamento ou formatação, de modo a evitar emissão de créditos em duplicidade
Capacitação de servidores	

*Fonte: Programas de Trabalho desenvolvidos em Âmbito Nacional*

### 5.5.5. Área de Saúde do Trabalhador

#### **Trabalho de Auditoria nº 16/2013 – Avaliação da Adequabilidade do Controle Interno dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador da Previdência Social**

Esse Trabalho de Auditoria pautou-se na avaliação da adequabilidade do Controle Interno dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador (SST) das Gerências Executivas auditadas, a partir das suas atividades previstas no Regimento Interno/2009.

#### **Principais fragilidades identificadas:**

##### **Perícia Médica/Reabilitação Profissional/ Serviço Social**

- a) Descumprimento de Normativos pelos SST;
- b) Subutilização pelo SST dos sistemas corporativos como ferramenta de gestão;
- c) Inexistência de atividades de controle e supervisão "in loco" de modo rotineiro, nas Agências das Gerências Executivas pela equipe de Supervisão Técnica do SST;
- d) Controle ineficiente das atividades médico-periciais, reabilitação profissional e serviço social;
- e) Baixo índice de adequabilidade dos Laudos Médicos Periciais avaliados;
- f) Insucesso em reabilitar os clientes inscritos no programa de reabilitação, no prazo pactuado no Termo de Compromisso;
- g) Parcerias, acordos e convênios insuficientes na Reabilitação Profissional e Serviço Social;
- h) Controle ineficiente da qualidade dos serviços prestados por empresas parceiras;
- i) Insuficiência no aperfeiçoamento dos mecanismos de reconhecimento inicial do direito, que envolvam a Reabilitação Profissional; e

- j) Inadequação da infraestrutura do Serviço Social e Reabilitação Profissional conforme a previsão normativa.

### Principais riscos identificados

<b>Riscos identificados</b>	Deficiência nas informações para a tomada de decisão
	Atividade de Perícia Médica sem supervisão
	Avaliação do Plano de Ação
	Ausência de sistemas apropriados para gerenciamento das atividades, com relatórios de acompanhamento
	Inconsistência na alimentação das informações nos sistemas utilizados
	Utilização de controles paralelos
	Fragilidades nos controles internos; Inconsistências de cadastro dos segurados / beneficiários
	Insuficiência de supervisão sistemática nas APS; e Pagamentos indevidos de benefícios
	Quantitativo de servidores insuficiente para atendimento da demanda, prejudicando a efetiva segregação de funções
	Insuficiência de capacitação / atualização para os servidores
	Insuficiência de capacitação formal de perito
	Falta de capacitação para operacionalização dos sistemas
	Possíveis perdas financeiras em decorrência da vulnerabilidade dos controles e do gerenciamento parcial das atividades
	<b>Impactos no processo de trabalho</b>
Notificações dos órgãos de controle	
Prejuízos financeiros	
Retrabalho	
Prejuízos à imagem da Instituição	
<b>Medidas saneadoras propostas</b>	Adequação da Estrutura Regimental
	Aprimoramento dos controles internos
	Revisão de Atos Normativos
	Supervisão sistemática das unidades de atendimento
	Capacitação dos servidores
	Implantação de sistemas mais eficazes
	Providenciar apuração de irregularidade
	Ação tempestiva para eficiência/eficácia nos processos apuratórios de irregularidades e de cobrança administrativa

*Fonte: Programas de Trabalho desenvolvidos em Âmbito Nacional*

### 5.5.6. Aperfeiçoamentos Implementados nos Controles da Entidade

Na avaliação dos controles instituídos pela Autarquia, foram verificadas iniciativas que contribuem com o aperfeiçoamento no modelo de gestão de pessoas, especialmente pela gestão por competências e valorização do conhecimento organizacional, assim como na gestão de tecnologia da informação, e ainda na edição e atualização de manuais técnicos.

Em âmbito estratégico, destacam-se:

## **Gestão do Conhecimento**

Foi desenvolvida a primeira etapa do processo de Implementação da Gestão do Conhecimento no INSS, em atendimento as recomendações do Relatório de Auditoria nº 02/2012 – Auditoria Operacional em Gestão do Conhecimento Institucional e competências estabelecidas no Decreto nº 7.556/2011. Consistiu na realização da “PALESTRA FORMATIVA – Implementação da Gestão do Conhecimento na Administração Pública Brasileira”, que foi ministrada pelo Profº Fábio Ferreira Batista, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Oficina de Gestão do Conhecimento e Informação.

A ação educacional objetivou desenvolver competências institucionais sobre o tema, contando com a participação de todos os gestores das Unidades da Administração Central do INSS.

## **Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**

Por meio da Resolução nº 371/PRES/INSS, de 17/12/2013, houve a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação PDTI referente ao período de 2013 a 2016.

Tem por objetivo estratégico prover soluções em ambiente tecnológico integrado, seguro e de alto desempenho, e foi elaborado em conformidade com o Guia de Elaboração de PDTI do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP).

Conforme previsto no Art. 3º da Resolução, o PDTI deve ser avaliado e atualizado, sempre que necessário, pelo Comitê de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicações do INSS – CSTIC-INSS, a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e estratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária e às mudanças na legislação pertinente.

## **Política de Segurança da Informação e Comunicações**

Com a publicação da Resolução nº 323 /PRES/INSS, de 22 de julho de 2013, foi instituída a Política de Segurança da Informação e Comunicações do Instituto Nacional do Seguro Social – POSIC, que visa preservar a disponibilidade, integridade, confidencialidade, autenticidade e salvaguarda das informações geradas, processadas e armazenadas no âmbito do Instituto.

Tem por objetivo estabelecer e difundir diretrizes e princípios de Segurança da Informação e Comunicações, especificamente para o INSS, para orientação quanto ao uso adequado da informação de sua propriedade, em complemento e em consonância com o estabelecido na Política de Segurança da Informação e Comunicações da Previdência Social, estabelecida pela Portaria Conjunta MPS/INSS/DATAPREV nº 1, de 05 de novembro de 2008.

Os termos definidos nesta Política e em suas normas complementares aplicam-se a todos os agentes públicos e privados com vínculo direto ou indireto com o INSS.

## **Manuais de Benefícios**

A área de Benefícios, com o intuito de uniformização de procedimentos, editou os seguintes manuais:

- a) Manual de Procedimentos para Operacionalização de Apuração de Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), aprovado pela Resolução nº 348 /PRES/INSS, de 8 de outubro de 2013.
- b) Manual do Reconhecimento Inicial de Direitos – Volume V, aprovado pela Resolução nº 339 /PRES/INSS, de 03 de setembro de 2013.
- c) Manual do Monitoramento Operacional de Benefícios – Apuração de Indícios de Irregularidades, aprovado pela Resolução nº 276 /PRES/INSS, de 01 de março de 2013.

## **Manual de Sistema de Gestão de Programas e Projetos**

Com o objetivo de acompanhar os programas e projetos estratégicos em execução no âmbito do INSS, disponibilizar ferramenta para registro, execução e acompanhamento dos programas e projetos no âmbito do INSS, assim como supervisionar o portfólio de projetos em execução no âmbito da Administração Central do INSS, houve a publicação da Resolução 275 PRES/INSS, 04/03/2013, que aprovou o Manual e a utilização do Sistema Gestão de Programas e Projetos (SGPP).

## **Manual de Cálculos Judiciais Previdenciários da PFE-INSS**

Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos administrativos para a liquidação de decisões judiciais e análise de cálculos judiciais em matéria de benefícios, necessárias à defesa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), foi aprovado por meio da Portaria nº 190 /PFE/INSS, de 21 de junho de 2013 o Manual de Cálculos Judiciais Previdenciários da Procuradoria Federal Especializada (PFE-INSS), instituindo, ainda, a Comissão Permanente de Revisão e Atualização do Manual.

Sempre que a legislação previdenciária for alterada, houver alteração de entendimento jurisprudencial pelos Tribunais Superiores ou surgirem novas demandas judiciais, o Procurador-Chefe da PFE-INSS, os Coordenadores ou os membros da comissão solicitarão ao Presidente da Comissão o agendamento de reunião de serviço para efetuar as adequações necessárias.

O Manual encontra-se disponibilizado na página eletrônica da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, podendo ser divulgado para o Conselho da Justiça Federal e para o Conselho Nacional de Justiça, como forma de buscar a uniformização dos procedimentos de cálculos previdenciários junto ao Poder Judiciário.



## Atualização de Manuais

Considerando a necessidade de revisões e atualizações nos manuais elaborados pelas áreas, tendo em vista alterações na legislação e nas rotinas de execução, houve a publicação de novas versões de manuais e de procedimentos para a atualização, conforme segue:

- a) Memorando-Circular nº 3 /CGEPI/DIROFL/INSS, de 13 de fevereiro de 2013, referente divulgação dos procedimentos para atualização do Manual de Engenharia e Patrimônio Imobiliário;
- b) Despacho Decisório nº 1 /CNAC/PRES/INSS, de 18 de fevereiro de 2013, referente atualização de Manual de Procedimentos Operacionais;
- c) Despacho Decisório nº 38/DIROFL/INSS, de 12 de novembro de 2013, referente atualização do Manual de Orçamento, Finanças e Contabilidade
- d) Memorando-Circular Conjunto nº 11/CGRLOG/CGOFC/DIROFL/INSS, de 14 de novembro de 2013, referente alterações na legislação e atualização do Manual de Procedimentos e Rotinas de Gestão de Contratos; e
- e) Despacho Decisório nº 40/DIROFL/INSS, de 25 de novembro de 2013, referente atualização do Manual de Procedimentos e Rotinas de Gestão de Contratos.

## 5.6. Regularidade dos Procedimentos Licitatórios

Na forma do inciso IV, do artigo 7º, da IN SFC/CGU Nº 01/2007, registra-se que os processos licitatórios, objeto de amostragem para fins de avaliação quanto à regularidade dos procedimentos relativos às fases interna e externa de licitação, bem como a formalização dos contratos, aditivos e a execução dos serviços, se apresentam no **Anexo VI - Resumo dos Processos de Licitação**, referentes às Ações nº 02/2013 - Auditoria no Processo de Gestão de Materiais de Consumo e Permanentes; 04/2013 - Auditoria no Processo de Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS e 05/2013 – Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada, compondo de informações relacionadas ao objeto, valor, fundamentação, identificação de responsáveis pelo INSS e pela Contratada e das principais fragilidades.

## 5.7. Verificação da Consistência da Folha de Pagamento de Pessoal

Dos trabalhos realizados na área de Gestão de Pessoas, correspondentes às Ações 06 e 08/2013, evidenciaram fragilidades que ocasionaram valores a ressarcir, no montante de R\$169.801,76 (cento e sessenta e nove mil, oitocentos e um reais e setenta e seis centavos), conforme o **Anexo VII – Consistência da Folha de Pagamento de Pessoal** e síntese das informações:

**Tabela XV – Valores Apurados a Regularizar**

Ação	Objeto	Servidores/Instituidores auditados	Valor apurado a regularizar
08	Abono de Permanência	78	15.717,94
08	Aposentadoria	80	6.406,63
08	Pensões	77	58.906,25
06	Entradas e Saídas Antecipadas	843	13.912,03
06	Recesso de Final de Ano	1.766	58.690,98
06	Diárias e Passagens	333	16.167,93
<b>TOTAL</b>		<b>3.177</b>	<b>169.801,76</b>

Fonte: Trabalhos de Auditoria n°s 06 e 08/2013

Os recursos disponibilizados para custear a Folha de Pagamento, competência 12/2013, totalizou o montante de R\$747.845.709,75 (setecentos e quarenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e nove reais e setenta e cinco centavos), conforme demonstrativos que se apresentam:

**Tabela XVI – Despesas Correntes – Folha de Pagamento**

Folha de Pagamento-mês 12/2013 – Ativos – R\$	
Contrato por Tempo Indeterminado	19.389,40
Vencimentos e Vantagens Fixas	406.977.286,69
Outras Despesas Variáveis (Substituições, Serviços Extraordinários)	2.517.755,35
Sentenças Judiciárias	201.057,12
Exercícios Anteriores	448.819,67
Ressarcimento de Despesas Pessoal	520,72
Aplicações Diretas	23.772.724,55
<b>Total - Despesas Correntes</b>	<b>433.937.553,50</b>

Folha de Pagamento-mês 12/2013 – Inativos – R\$	
Aposentadorias e Reformas	234.776.234,65
Vencimentos e Vantagens Fixas	29.418,37
Sentenças Judiciais	749.354,37
Despesas de Exercícios Anteriores	305.887,67
Indenização Auxílio Alimentação	746,00
Indenizações e Restituições	213.650,11
<b>Total - Despesas Correntes</b>	<b>236.075.291,17</b>

<b>Folha de Pagamento-mês 12/2013 – Pensionistas – R\$</b>	
Aposentadorias e Reformas	34.419,93
Pensões do RPPS	77.574.038,11
Vencimentos e Vantagens Fixas	113,08
Sentenças Judiciais	202.943,54
Despesas de Exercícios Anteriores	3.517,22
Indenizações e Restituições	17.833,20
<b>Total - Despesas Correntes</b>	<b>77.832.865,08</b>

Fonte: SIAPENET/Demonstrativo Despesa Com Pessoal – DDP/Despesas Correntes Folha Normal 12/2013

## **6. Fatos Relevantes de Natureza Administrativa ou Organizacional Ocorridos na Entidade com Impacto sobre a Auditoria Interna**

### **Mapeamento das Competências Específicas da Auditoria**

Em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, instituída pelo Decreto nº 5.707/06, encontra-se em andamento o projeto de mapeamento de competências no âmbito do INSS.

Ressalta-se que em 2013 houve o mapeamento das Competências Técnicas Específicas da Auditoria, validado por meio de oficinas que ocorreram na segunda quinzena de agosto de 2013, e reuniões devolutivas de homologação neste mesmo período, com entrega de produtos para revisão final e posterior publicação.

Para esse mapeamento foram aplicados questionários eletrônicos, realizadas pesquisas de processos de trabalho e entrevistas, com o objetivo de levantamento de dados junto a todas as unidades de Auditoria do INSS, e que foram consolidados para compor os produtos finais.

Do total de servidores lotados na Auditoria, 75% responderam ao questionário eletrônico, assim como os gestores e substitutos da Auditoria-Geral e projeções regionais participaram das entrevistas e pesquisas mencionadas.

A Resolução nº 346/PRES/INSS, de 08 de outubro de 2013, a qual dispõe sobre as competências técnicas específicas da Área de Auditoria, apresenta em seu conteúdo a Descrição das Competências Técnicas Específicas e o Perfil Técnico Específico de Auditoria, a ser complementado posteriormente com as competências técnicas fundamentais, comuns a todas as áreas.

## 7. Desenvolvimento Institucional e Capacitação da Auditoria Interna

Em que pese às restrições orçamentárias, que impactaram o processo de qualificação e profissionalização, durante o exercício de 2013, foram disponibilizados diversos eventos de capacitação, em sua maioria na modalidade de Ensino à Distância (EAD), e de forma presencial, conforme detalhamento das oportunidades e quantitativo de participantes.

*Tabela XVII – Cursos Oferecidos x Oportunidades de Participação*

Item	Capacitações	Participantes
1	Aposentadoria Especial	16
2	Auditoria Governamental (TCU)	10
3	Avaliação de Desempenho	6
4	BR Office	3
5	CNIS Contribuições	3
6	Controle e Auditoria Interna- ESAF	12
7	Controle na Administração Pública	10
8	Curso de Ética no Serviço Público	5
9	Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federal	2
10	Estrutura da Gestão Pública	5
11	Excelência no atendimento	1
12	Formação de Gestores	4
13	Gestão Administrativa no Setor Público (ILB - Senado)	3
14	Gestão da Folha de Pagamento do RGPS	5
15	Gestão de Contrato INSS Dataprev	10
16	Gestão de Equipe	6
17	Gestão Estratégica	12
18	Gestão Estratégica de Pessoas e Plano de Carreira	2
19	Gestão por Processo	6
20	Introdução ao Direito Constitucional (ILB - Senado)	1
21	Introdução ao Orçamento Público (ILB - Senado)	1
22	Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas – Lei 8.112/90	3
23	Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas - Lei 8.112/90	8
24	Legislação Aplicada a Logística de Suprimentos- ENAP	6
25	Auditoria e Controle Interno	6
26	Licitação e Contratos Administrativos	3
27	Noção em Previdência Complementar	4

Item	Capacitações	Participantes
29	Novo Acordo Ortográfico	4
30	Portal CNIS e SUIBE	6
31	Prestação de Contas - Fundamentos da Democracia e Exercício de Cidadania (TCU)	4
32	Programa de Educação Previdenciária - PEP	9
33	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens	10
34	Qualidade de Vida no Trabalho (QVT): Diagnóstico, Política e Programa de QVT como Instrumentos para a Promoção da Saúde e Segurança no Trabalho da Administração Pública Federal	3
35	Reabilitação Profissional	5
36	Responsabilidade Socioambiental	7
37	Segurança da Informação e Comunicação	14
38	SIBE BPC I	6
39	SIBE II	5
40	SIBE IV	1
41	Sistema de Agendamento - SISAGE	9
42	Gerenciamento de Projetos	5
43	Orçamento Público	3
44	Gestão Orçamentária e Financeira- TCU	4
45	Processo Administrativo Previdenciário	5
46	Capacitação em BCP- LOAS	7
47	Disseminando Saúde e Qualidade de Vida	5
48	Gestão do Conhecimento e Informação	5
49	Estatística na ENAP	1
50	Avaliação Sócio-Econômica de Projetos - Estatísticos	1
<b>TOTAL</b>		<b>272</b>

Item	Outros Eventos	Participantes
1	Alinhamento da Administração	7
2	Palestra sobre Processo Administrativo Previdenciário	3
3	7º Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública	3
4	Fórum Convivendo com Riscos, Transformação e Desafios	3
5	Seminário de Integração – SR II	4
6	Mesa de Debate - Ações Regressivas Previdenciárias (IEF)	1
7	II Fórum Sul Americano de Líderes de TI	1

Item	Outros Eventos	Participantes
8	Auditoria Operacional ABOP	2
9	Curso Master en Dirección y Gestión de los Sistemas de Seguridad Social	1
<b>TOTAL</b>		<b>25</b>

*Fonte: Informações da Auditoria-Geral e suas Projeções Regionais.*

## 8. Informações sobre a Realização de Ações de Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna

### Controle de Demandas Externas (CONDEX Web)

Com o objetivo de aperfeiçoar os controles relativos às demandas do Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU) no âmbito deste Instituto, o Sistema de Controle de Demandas Externas (CONDEX) foi migrado para ambiente Web.

A nova versão possibilita o acompanhamento das demandas pelas projeções regionais de Auditoria, representando maior efetividade junto aos gestores em âmbito regional.

### Ações Compartilhadas com a Controladoria-Geral da União (CGU)

Em continuidade aos trabalhos iniciados no exercício de 2012, foram realizadas Ações de Auditoria compartilhadas com a CGU, destacando-se as atividades que foram desenvolvidas nas Agências da Previdência Social para avaliação da qualidade dos Laudos Médico Periciais, a formalização da documentação para o requerimento e concessão do Auxílio Doença, a adequabilidade das condições de perícia médica, o cumprimento de jornada, agenda e extra-agenda.

Ressalta-se que esses trabalhos têm proporcionado o compartilhamento de conhecimentos e trocas de experiências entre os técnicos de Auditoria, aprimorando as técnicas e métodos de trabalho.

## 9. Considerações Finais

Neste Relatório, apresentamos os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna em função das ações realizadas e na atuação objetivando o aperfeiçoamento dos controles internos, da gestão de riscos e do aperfeiçoamento do processo de melhoria contínua.

Conforme visto, para consolidar o foco de sua atuação orientativa e preventiva e atender às necessidades da Instituição, a Auditoria Interna vem continuamente implementando sua atuação, por meio do aprimoramento qualitativo e consubstancial das ações de auditoria interna, da formação de uma equipe multidisciplinar, do redesenho organizacional da área, do



desenvolvimento do sistema informatizado de auditoria e do aprimoramento de técnicas e de métodos de trabalhos.

Vislumbra-se, portanto, que a Auditoria Interna cumpriu devidamente suas competências regimentais, no ano de 2013, ao assistir a organização na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos e ao elaborar soluções mitigadoras dos riscos identificados, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança corporativa, de modo a assegurar a regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação de seus recursos.

Brasília, 04 de fevereiro de 2014.

**Carlos Roberto Tibério**  
Coordenador de Planejamento e Avaliação

**Álvaro Paniago Gonçalves**  
Coordenador-Geral de Auditoria em Gestão Interna

**Filomena Maria Bastos Gomes**  
Coordenadora-Geral de Auditoria em Benefícios

**Sueli Aparecida Carvalho Romero**  
Auditora-Geral do INSS

---

**Auditoria-Geral do INSS**  
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02 – Bloco O – 6º andar  
Brasília-DF – CEP 70070-946  
**E-mail:** audger@previdencia.gov.br  
**Tel.:** (61) 3313-4587  
**Fax:** (61) 3313-4442

---